

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

FELIPE GUSTAVO BARROS NUNES

A VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DA REDE ESTADUAL DA CIDADE DE LIMEIRA-SP

PIRACICABA

2018

FELIPE GUSTAVO BARROS NUNES

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, na linha de pesquisa Movimento Humano, Lazer e Educação como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Física

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Capellini Rigoni

PIRACICABA

2018

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP Bibliotecária:
Marjory Harumi Barbosa Hito - CRB-8/9128.

Nunes, Felipe Gustavo Barros

N972v A violência na perspectiva de professores de Educação Física da rede estadual da cidade de Limeira-SP / Felipe Gustavo Barros Nunes. – 2018.

75 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Capellini Rigoni.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Ciências do Movimento Humano, Piracicaba, 2018.

1. Violência Escolar. 2. Educação Física Escolar. I. Rigoni, Ana Carolina Capellini. II. Título.

CDU – 371

FELIPE GUSTAVO BARROS NUNES

**A VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DA REDE ESTADUAL DA CIDADE DE LIMEIRA-SP**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, na linha de pesquisa Movimento Humano, Lazer e Educação como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Física

BANCA EXAMINADORA

**Ana Carolina Capellini Rigoni – UFES
(Orientadora)**

Prof. Dra. Elaine Prodócimo - UNICAMP

Prof. Dra. Eline Tereza Rozante Porto - UNIMEP

Piracicaba, 20 de Fevereiro de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças, discernimento e lucidez para concluir esta etapa tão importante em minha vida pessoal e profissional.

Agradeço aos meus pais que me incentivaram a cursar o programa de Mestrado, proporcionando condições materiais e assegurando ininterruptamente condições emocionais e afetivas para que eu continuasse firme em busca do meu objetivo.

Agradeço também minha irmã que mesmo a distância me acompanhou e incentivou durante toda esta caminhada.

Agradeço a minha “eterna” Diretora Kátia por proporcionar condições concretas para que eu pudesse conciliar minha função de professor com todas as obrigações do PPG-CMH. Obrigado por ter me impulsionado, com atitudes de carinho e apoio, a “voar” e sempre ter acreditado no meu potencial.

Agradeço as minhas companheiras de trabalho Tânia e Adriana, por toda a paciência, afeto e atenção que demonstraram por mim desde o primeiro momento que passaram a acompanhar minha trajetória.

Agradeço aos amigos mais próximos e familiares que dividiram, muitas vezes, momentos de nervosismo e ansiedade, e que se fizeram presente quando precisei.

Agradeço a minha orientadora Ana Carolina pela paciência durante todo o meu processo de desenvolvimento ao longo do curso; pela compreensão em relação as minhas atribuições profissionais e pessoais; pelo companheirismo e profissionalismo com que conduziu os trabalhos e realizou minha orientação. Obrigado por sempre me incentivar e mostrar que eu sou capaz, foi uma honra trabalhar ao seu lado e ser seu primeiro orientando de Mestrado.

RESUMO

Frequentemente nos deparamos com notícias sobre casos de violência que acometem a sociedade brasileira. Este fenômeno, conseqüentemente, se reflete nas escolas, nas quais podemos observar crianças e adolescentes envolvidos em atos violentos cotidianamente. Concebida de várias formas na relação social, a violência pode ser caracterizada, a grosso modo, como imposição de algo realizado por um indivíduo/grupo social a outro indivíduo/grupo social contra a sua vontade, com uso de força ou não. Considerando a violência como um fenômeno social, neste trabalho, interessa-nos pensá-la nos modos como ela se manifesta no contexto escolar e, mais especificamente, nas aulas de EF. Esta disciplina coloca em evidência o corpo do aluno, dando visibilidade não só a composição corporal dos alunos, mas também às suas habilidades e inabilidades. Estas diferenças relacionadas ao corpo e ao movimento tornam-se, muitas vezes, justificativa para o preconceito e para a manifestação da violência durante as aulas. Dessa forma, é importante nos questionarmos sobre a concepção de violência com a qual tais professores trabalham e como agem frente a ela. Esta pesquisa, de caráter qualitativo, teve como objetivo analisar e compreender qual é o conceito de violência com qual operam os professores de EF escolar. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco professoras de EF da Rede Estadual de Ensino da cidade de Limeira - SP. O critério utilizado para a seleção das professoras foi a condição de que estivessem atuantes na disciplina por, pelo menos cinco anos. Os dados foram analisados, levando-se em conta questões como: quais são as diferentes formas de manifestação da violência nas aulas de EF; como os professores de EF percebem e compreendem esta violência; como eles atuam quando se deparam com estas situações em suas aulas. Percebemos, durante a análise dos dados, que alguns professores concebem a violência, em suas aulas, como manifestações agressivas tanto no aspecto físico quanto simbólico, como, por exemplo, através do desrespeito, de xingamentos e da agressão, em si. Percebemos que, para as professoras entrevistadas, tal violência não se manifesta apenas nas relações entre os alunos, mas também nas relações entre elas e os alunos e entre elas e os pais. Constatamos que, de maneira geral, as professoras se sentem despreparadas para enfrentar a violência na escola. Tal sensação de despreparo aponta para uma deficiência na formação acadêmica das professoras participantes da pesquisa, que alegam não terem recebido, ao longo do curso de EF, subsídios necessários para tratar do tema em questão. Os relatos feitos pelas professoras revelam proximidade com diversas pesquisas atuais sobre a educação no Brasil e apontam para problemas estruturais e institucionais. Consideramos, portanto, que o problema da violência na escola reflete as contradições da própria sociedade e, por isso mesmo, deveria ser tema obrigatório nos cursos de formação, bem como pauta principal nas discussões de legisladores e gestores da Educação Nacional.

Palavras chave: Violência, Educação Física, Escola.

ABSTRACT

We often come across stories about cases of violence that affect Brazilian society. This phenomenon, consequently, is reflected in schools, in which we can observe children and adolescents involved in violent acts everyday. Conceived in various ways in the social relation, violence can be roughly characterized as imposing something done by an individual / social group to another individual / social group against their will, with the use of force or not. Considering violence as a social phenomenon, in this work, we are interested in thinking about how it manifests itself in the school context and, more specifically, in EF classes. This discipline emphasizes the student body, giving visibility not only to the students' body composition, but also to their abilities and disabilities. These differences related to body and movement often become a justification for prejudice and for the manifestation of violence during class. In this way, it is important to question the conception of violence with which these teachers work and how they act in front of them. This qualitative research aimed at analyzing and understanding the concept of violence with which school EF teachers operate. For that, we conducted semi-structured interviews with five EF teachers from the State Teaching Network of the city of Limeira - SP. The criterion used for the selection of the teachers was the condition that they were active in the discipline for at least five years. The data were analyzed, taking into account issues such as: what are the different forms of manifestation of violence in EF classes; how EF teachers perceive and understand this violence; how they act when they encounter these situations in their classes. During the analysis of the data, we noticed that some teachers conceive violence in their classes as aggressive manifestations in both the physical and symbolic aspects, such as disrespect, cursing and aggression, as such. We have noticed that, for the teachers interviewed, such violence is not only manifested in the relations between the students, but also in the relations between them and the students and between them and the parents. We found that, in general, teachers feel unprepared to face violence at school. This feeling of lack of preparation points to a deficiency in the academic formation of the teachers participating in the research, who claim that they did not receive the necessary subsidies during the EF course to deal with the subject in question. The reports made by the teachers reveal proximity to several current research on education in Brazil and point to structural and institutional problems. We consider, therefore, that the problem of violence at school reflects the contradictions of society itself and, for this reason, should be a mandatory subject in training courses, as well as a main agenda in the discussions of legislators and managers of National Education.

Key words: Violence, Physical Education, School.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. Introdução..... | 9 |
| 2. Violência, sociedade e escola..... | 13 |
| 2.1 Diversidade e diferenças na escola..... | 22 |
| 3. Análise das entrevistas..... | 30 |
| 3.1 Sobre a trajetória das professoras: formação e atuação profissional.... | 31 |
| 3.2 As relações entre os alunos..... | 36 |
| 3.3 A violência na concepção das professoras..... | 43 |
| 3.4 A violência e as experiências vividas ao longa da carreira docente..... | 49 |
| 3.5 As ações das professoras diante das manifestações de violência..... | 56 |
| 3.6 Lidando com a violência no cotidiano escolar: formação ou experiência vivida..... | 59 |
| 3.7 Violência e formação docente..... | 66 |
| 4. Considerações finais..... | 68 |
| 5. Referências..... | 72 |
| 6. Apêndices..... | 75 |

1.INTRODUÇÃO

Quem de nós nunca ouviu relatos sobre casos de violência na escola nos mais variados tipos de programas de televisão, nas falas de professores e alunos, que se deparam diariamente com este problema? Temos observado que, na atualidade, de um modo geral, a violência vem crescendo, tornando-se uma questão que preocupa estudiosos, pais e educadores. A escola, como instituição integrante da sociedade, sofre os reflexos das relações estabelecidas dentro da atual conjuntura social e acaba sendo, em muitas ocasiões, o local onde eclodem os mais diversos tipos de violência.

Pesquisadores das mais variadas áreas (sociólogos, psicólogos, educadores, psicanalistas, psiquiatras, antropólogos, filósofos, biólogos, cientistas políticos etc.) estudam este fenômeno, produzindo diferentes conceitos sobre a violência. É possível perceber a preocupação das instituições de ensino e órgãos públicos responsáveis pela educação no país, que buscam soluções rápidas para o problema. Tais tentativas, no entanto, não parecem muito eficientes no controle e na diminuição das manifestações violentas no âmbito escolar. A busca por soluções também tem refletido na preocupação, por parte dos governantes e responsáveis pela Segurança Pública que, por vezes, tomam medidas radicais para sanar os problemas relacionados à violência nas escolas.

Uma medida que tem se tornado bastante comum é a de espalhar policiamento armado em vários locais próximos e até mesmo dentro das escolas onde os casos de violência ocorrem; segundo eles, a figura do policial é algo que impõe respeito e que intimida os alunos a não cometerem atos que desafie as autoridades. Somado a isso podemos constatar a ausência de projetos educativos capazes de absorver essa nova realidade escolar ampliada e também o insuficiente ou inexistente investimento nas escolas e na formação dos docentes. Segundo Martins (2005) professores e profissionais da área da Educação vêm se afastando e em casos mais extremos abandonando a profissão docente em escolas que apresentam alto índice de atos violentos.

Não é nenhuma novidade que estejamos nos deparando, todos os dias, com notícias sobre os inúmeros casos de violência que acometem a sociedade brasileira. Esta violência, conseqüentemente, se reflete na escola, nas quais podemos observar crianças e adolescentes envolvidos em atos violentos cotidianamente. Este tipo de comportamento, além de despertar o interesse em compreender o fenômeno da violência de forma ampla, por parte das autoridades competentes, exige também, daqueles que se

dedicam à esfera educacional, um olhar mais atento e observador, quanto aos comportamentos estudantis, suas manifestações e consequências no cotidiano escolar. No entanto, apesar de compreendermos que a violência ocorre no contexto escolar, sabemos que ela não é gerada apenas pela escola em si, mas também por fatores externos, desestrutura e conflitos sociais, culturais, etc.

Concebida de várias formas na relação social, a violência pode ser caracterizada como imposição de algo realizado por um indivíduo/grupo social a outro indivíduo/grupo social contra a sua vontade, com uso da força física ou não. Dependendo do local e da maneira como ocorre, a violência pode ser classificada como estrutural, institucional, policial, estatal e pode também ocorrer na forma física ou psicológica, dentre outras classificações, podendo ser aparente ou não. Se as formas aparentes da violência são de fácil percepção, as formas psicológicas ocasionadas por ameaças, humilhações, intimidações, rejeição e desrespeito, nem sempre são percebidas e, por isso mesmo, podem ser ainda mais graves. A invisibilidade desse tipo de manifestação contribui para a produção de um ambiente de segregação nas escolas, resultando na formação de grupos que demarcam seu território pela violência.

Se a violência é um fenômeno social, neste trabalho, interessa-nos pensá-la no contexto escolar e, mais especificamente, nas aulas de EF. Esta disciplina coloca em evidência o corpo do aluno, dando visibilidade não só à composição corporal dos alunos, mas também às suas habilidades e inabilidades. Estas diferenças relacionadas ao corpo e ao movimento tornam-se, muitas vezes, justificativa para o preconceito e para a manifestação da violência nas aulas de EF. Diante disso, buscamos, neste trabalho, compreender como os professores desta disciplina percebem as manifestações de violência em suas aulas e como lidam com essas situações. Dessa forma, é importante nos questionarmos sobre a concepção de violência com a qual tais professores trabalham.

Neste sentido, algumas questões podem ilustrar nossos objetivos: 1) Quais os limites daquilo que o professor considera violento? 2) A violência para estes professores está localizada apenas em atos corporais/físicos? 3) Diante de situações consideradas violentas, como o professor atua? Ele intervém? De que maneira?

Muitos estudos e pesquisas são realizadas no âmbito acadêmico e muitas propostas pedagógicas são apresentadas para enfrentar esta dificuldade na tentativa de encontrar soluções para os problemas que ocorrem no dia a dia das escolas. Porém, sabe-se o quanto as pesquisas de caráter social apresentam dificuldades para serem

implementadas e afirma-se o quanto elas são tateantes ao elaborar seus critérios de orientação, pois seu objeto é histórico (MINAYO, 2000). Portanto é importante lembrar que a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social (MINAYO, 2000).

No entanto, esclarece à autora, as pesquisas sociais possuem instrumentos capazes de construir uma aproximação bastante fidedigna acerca da vida dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta e, para isso, “aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações” (MINAYO, 2000). O objeto de estudo na pesquisa social é o próprio homem, sujeito que possui consciência histórica, fato que torna o ato de pesquisar uma ação coletiva. Nesse processo não apenas o pesquisador dá sentido a seu trabalho de construção do conhecimento, mas cada um dos sujeitos, os grupos e as sociedades dão significados e intencionalidades a suas ações.

Diante disso, esta pesquisa tem caráter qualitativo, onde o propósito não é aferir quantidades como resultado, mas sim levantar dados a fim de conseguir compreender e interpretar as informações fornecidas pelos entrevistados. Portanto não tem como foco obter números como resultados, diante disto a atuação do pesquisador é fundamental para refinar a quantidade de informação recebida e interpretá-la da melhor maneira possível (MINAYO, 2009). Alguns recursos frequentemente utilizados na pesquisa qualitativa são as entrevistas semiestruturadas.

Como formas de registros da modalidade de entrevista, Minayo (2009) aponta que o mais fidedigno é o recurso da gravação de conversa, na qual é sempre indispensável o consentimento do interlocutor para que se utilize qualquer instrumento. Quando não for possível utilizar o recurso da gravação, se indica registrar as falas imediatamente após as coletas de dados, não devendo se confiar apenas na memória. Em relação às análises dos dados obtidos na entrevista, lembramos que o entrevistador deve, à medida que a pesquisa vai se desenvolvendo, verificar quais pontos são mais importantes para serem explorados, não precisando necessariamente discorrer de maneira profunda sobre tudo aquilo que foi respondido.

Nesta pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco professoras de EF da Rede Estadual da cidade de Limeira¹. A escolha do número de sujeitos - definida em conjunto com a professora orientadora -, foi considerada suficiente, uma

¹ Esta pesquisa foi aprovada pelo CEP-UNIMEP sob o parecer 2.126.684.

vez que pesquisas qualitativas realizadas desta forma não dão conta de um número elevado de sujeitos.

As entrevistas foram semiestruturadas e compostas por uma sequência de perguntas definidas por nós anteriormente, lembrando que estas perguntas não foram fechadas e nem tiveram aspecto imutável. Sendo assim é válido esclarecer que ao longo do desenvolvimento da pesquisa algumas perguntas foram modificadas, flexibilizadas, acrescentadas e, por vezes, até excluídas do roteiro de entrevista original.

É preciso deixar claro que a única técnica desta pesquisa foi a realização de entrevistas com as cinco professoras selecionadas, não foi realizado nenhum tipo de inserção/observação em nenhuma escola. É preciso frisar, ainda, que a realização das entrevistas apenas com professoras não foi proposital, uma vez que não utilizamos critérios de gênero na seleção dos interlocutores da pesquisa.

Os relatos feitos pelas professoras revelam proximidade com diversas pesquisas atuais sobre a educação no Brasil e apontam para problemas estruturais e institucionais. Podemos considerar, então, que o problema da violência na escola reflete as contradições da própria sociedade e, por isso partimos do princípio que todos os professores devem adquirir uma visão mais ampla sobre o fenômeno da violência e suas consequências na vida dos alunos, atentando, inclusive, para os fatores externos que refletem no comportamento violento dos alunos na escola.

2. VIOLÊNCIA, SOCIEDADE E ESCOLA

A violência nas escolas é um fenômeno real que por muito tempo foi tratado de forma secundária e somente na atualidade entrou como pauta importante nas discussões políticas do Estado. Este fenômeno possui sentidos/significados diferentes, e para compreendê-lo se faz necessária uma análise dos fatores que permeiam sua existência. A violência se faz presente sob várias formas, visíveis e invisíveis, em níveis diferentes, sendo importante caracteriza-las de acordo com o contexto onde se manifestam, e não como simples acontecimentos pontuais ou isolados. Ela vêm crescendo na gravidade dos fenômenos e nos espaços sociais nos quais ela se manifesta, sua presença é frequente no cotidiano das escolas e nas preocupações dos educadores. As depredações, as brincadeiras de cunho pejorativo, as brigas, agressões e outras formas de violência que se expressam tanto fora quanto dentro da sala de aula, têm colocado em risco a vida de alunos e professores, e dificultando as condições de ensino. Na tentativa de explicar o fenômeno da violência, ou da violência na escola, nos parece importante abordar a seguinte questão: por que a escola se tornou um lugar de manifestação da violência?

Não é o objetivo deste trabalho responder exaustivamente a esta pergunta, mas alertar para sua importância e para a necessidade de maiores indagações. É interessante considerar que a violência na escola, além de refletir a violência presente na sociedade possui sentidos específicos. A compreensão de suas manifestações poderia nos auxiliar na busca de possibilidades para lidar com a própria violência. Adotemos como exemplo alguns casos que podem nos ajudar a refletir sobre o assunto.

A escola constitui um dos pilares institucionais da contemporaneidade, responsável pela chamada Educação, devendo transmitir e possibilitar ao aluno a apropriação de valores, saberes e as normas essenciais à sua participação e integração na sociedade. Tudo isto sustenta-se num modelo característico de normatividade - de construção e legitimação das normas - e de controle social, caracterizado por regras formais, definidas de maneira externa, aplicáveis em qualquer situação e percebidas como verdade absoluta e não questionável dos valores buscados. Os papéis escolares são predefinidos, sendo a autoridade do professor, ligada a seu *status*, suficiente para garantir a interação pedagógica, também inquestionável.

Parece claro que este modo de operar/trabalhar está em crise e não é mais justificável, a escola de hoje não parece ser mais um lugar – se é que já foi um dia – de participação generalizada e de integração. Ao contrário, ela parece ter se tornado um

ponto de convergência e também de divergência entre várias tendências, referências culturais e normativas, maneiras de entender a vida ou a educação, caracterizadas muitas vezes por comportamentos de não aceitação, de recusa, de distanciamento e de exclusão voluntária ou não. Poderíamos, portanto, perguntar se os comportamentos violentos não constituem também uma forma para dizer que é necessário repensar a maneira de construir a “ordem escolar”, sobretudo quando a instituição insiste em aplicar um modelo, de caráter autoritário e disciplinar o que já não se sustenta mais.

Para Sposito (2001), é na discussão acerca da demanda por segurança, advinda das classes populares moradoras das periferias dos centros urbanos, que “o fenômeno da violência nos estabelecimentos escolares torna-se visível e passa a acompanhar a rotina do sistema de ensino público no Brasil”. Para a autora um levantamento nacional que abordou a violência escolar, publicado em 1998, traz um retrato bastante sugestivo, no qual foram identificados três tipos de situações de violência na escola: as depredações, furtos ou roubos que atingem o patrimônio, as agressões físicas entre os alunos e as agressões de alunos contra professores.

Podemos contextualizar a fala da autora, quando ela se refere as agressões físicas entre alunos e de alunos contra professores, com situações atuais e que têm tido grande repercussão na mídia. Em abril de 2014 na cidade de Limeira², uma estudante de 15 anos foi espancada, dentro da sala de aula, pelas próprias colegas e segundo o relato do pai da adolescente, o motivo da agressão teria sido pelo fato de sua filha ser considerada mais bonita que as demais estudantes. A adolescente sofreu ferimentos no rosto e no pescoço e, além de tapas e socos, uma tesoura chegou a ser utilizada pelas agressoras.

Outro caso de violência ocorreu em agosto de 2015 no Rio Grande do Sul³ quando uma professora foi agredida por uma aluna de 15 anos durante a realização da Festa Junina da escola. O motivo da agressão teria sido o fato da professora demorar para liberar a estudante que havia sido “presa” na “cadeia” da festa. Recentemente os noticiários mostraram que uma professora/vice-diretora de uma Escola Estadual em Piracicaba⁴ foi ameaçada pelos pais de uma aluna. Segundo o relato da própria educadora, uma estudante de 16 anos estava mostrando para os colegas de sala um canivete em forma de revólver e ao tomar conhecimento da situação, ela chamou a

² <https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/09/por-ser-bonita-estudante-e-espancada-em-escola-de-limeira-sp.htm>

³ <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/professora-e-agredida-por-aluna-de-15-anos-dentro-de-escola-no-interior-do-rs/>

⁴ <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2017/03/ameacada-professora-se-tranca-em-escola-e-pede-ajuda-por-whatsapp.html>

aluna e pediu para que lhe entregasse o objeto, aplicando em seguida uma suspensão de três dias à estudante. Ao serem informados da situação, os pais da aluna compareceram à escola e ameaçaram a vice-diretora que diante da situação de perigo se trancou em uma sala e pediu ajuda pelo celular.

No dia 12 de setembro de 2017 um professor de EF de 48 anos foi agredido com um tijolo e teve o carro depredado por um grupo de alunos em uma escola estadual na cidade de São Carlos⁵. A agressão teria sido motivada após três adolescentes de 15 anos pularem o muro da escola para participar da aula de EF, o professor informou aos alunos que não permitiria a entrada dos mesmos na quadra de esportes. O professor tentou segurar o portão para evitar que os alunos entrassem, porém foi empurrado, ele então comunicou o fato à direção da escola. No momento da saída os alunos esperavam pelo professor e o agrediram com socos, chutes e um tijolo, além de quebrarem os vidros e riscarem a frase “vai morrer” na lataria do carro do docente. O professor teve que se refugiar dentro da escola para não ser linchado pelos adolescentes.

Estes exemplos foram apenas alguns dos diversos casos de violência no cotidiano escolar brasileiro. A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, feita pelo IBGE⁶ em 2016, ouviu mais de 2,6 milhões de alunos e mostrou como a violência dentro e fora da sala de aula afeta estudantes em todo o Brasil. Os números mostram que 14,8% (390 mil) dos entrevistados já faltaram da escola por não se sentirem seguros no caminho; 23,4% dos alunos entrevistados responderam que pelo menos uma vez já se envolveram em brigas dentro da escola, e um dado que chama atenção é que 5,7% dos alunos disseram que, na briga, havia arma de fogo.

Quando se discute a violência na escola, o enfoque da análise é posto, muitas vezes, nos comportamentos violentos e atos infracionais cometidos por adolescentes. O fato é que estes devem ser vistos como sujeitos inscritos numa cadeia de relações sociais que se dão em vários níveis - família, escola, comunidade, sociedade - e que essas interações, as condições de vida e as relações de poder são parte integrante do processo que caracteriza a violência.

Apesar da complexidade que envolve o debate em torno da conceituação de violência existem elementos comuns sobre o tema que ajudam a delimitá-lo, para Bourdieu e Passeron (2016) a violência que acaba se fazendo presente dentro da escola

⁵ <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral.professor-e-agredido-com-tijolo-e-tem-carro-depredado-por-alunos-em-sao-carlos,70001990746>

⁶ Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

é produto de relações/interações sociais que acontecem não só dentro, mas também fora dela. Para eles existe uma violência que se faz presente dentro do sistema capitalista do qual somos parte, é aquela imbricada no conjunto das relações sociais e no funcionamento da própria sociedade (estrutural), na maneira como se dá o próprio desenvolvimento, desconhecendo, oprimindo e excluindo os sujeitos. A pobreza, o desemprego, as mazelas sociais, a falta de oportunidades, além de constituírem uma possível causa de comportamentos violentos, devem ser considerados como elementos da violência em si, que se dá, desta vez, de maneira mais ampla e nem sempre visível. O caráter simbólico desta violência tem como ponto central as características fundamentais da estrutura de classes da sociedade, decorrente da divisão social do trabalho, baseada na apropriação desigual dos meios de produção. O processo educacional, segundo Bourdieu e Passeron (2016), caminha na direção de consolidar a reprodução dessas estruturas e também desempenha um papel político-ideológico de legitimar a dominação do mais forte sobre o mais fraco.

A escola talvez não exerça diretamente a violência física, mas sim a violência em seu plano simbólico, ou seja, pela doutrinação e submissão, que obrigam os sujeitos a pensarem e agirem de tal forma que não percebam que legitimam, com a sua prática, a manutenção do status quo. Segundo Checa (2010) a violência estrutural, vivenciada por grande parte da população, é a exclusão e a vulnerabilidade social. Segundo a autora, o Estado induz a tal violência quando não desenvolve estratégias voltadas para as políticas públicas, através de projetos e programas que ofereçam ao povo serviços básicos satisfatórios e suficientes. Com isso a violência vai desencadeando uma série de exclusões nos âmbitos da vida em sociedade, impossibilitando o sujeito de desenvolver suas atividades de maneira justa.

Para Checa:

O sistema capitalista promove a violência que, por sua vez, repercute na violência estrutural em função de o Estado priorizar políticas públicas no desenvolvimento econômico em detrimento do social, o que agrava ainda mais as discrepâncias e as disparidades sociais do país (2010, p.4).

Um aspecto importante da violência estrutural, o qual deve ser ressaltado, é a ausência da percepção por parte dos sujeitos, de como essa violência os envolve e os atinge diretamente. É possível pensar que existe uma naturalização (banalização) da violência, sobretudo, evidenciada na legitimidade dos fatos cotidianos que passam a serem vistos como episódios "comuns". Na maioria dos casos, não se estabelece relação

entre a insuficiência dos serviços e políticas públicas e os acontecimentos na vida dos sujeitos.

Com a naturalização desta violência, cria-se uma cultura de aceitação que se reflete no cotidiano dos sujeitos, que passam a tratar tanto as conquistas quanto os fracassos como questões puramente individuais. Segundo esta lógica, os excluídos permanecem nessa condição por falta de esforço pessoal e neste sentido é possível dizer que a estrutura social, pela desigualdade que a caracteriza, é violenta.

A violência além de impingir sofrimento a determinado indivíduo ou indivíduos, também atinge indiretamente os outros membros daquele determinado segmento social vitimado. Mesmo quando determinado ato violento é dirigido a um indivíduo em particular, os outros ao seu redor sofrem com a situação. As relações intersubjetivas ficam comprometidas, assim como, as organizações grupais e a subjetividade dos envolvidos na trama da violência (MARTINS, 2005).

A desigualdade dos processos sociais é hoje objeto primordial de debates, principalmente, quando relacionada a crimes, contravenções e delinquência juvenil. Encontra-se na escola uma grande quantidade de atos de violência, quer sejam eles simbólicos ou físicos, e que perpassam pela intimidação de professores, desrespeito à diversidade e o preconceito (DEBARBIEUX, 2002). Há um crescimento de valores como o desrespeito à diversidade, a intolerância racial, religiosa, a discriminação aos não inseridos nos padrões de estética e de beleza impostos pela mídia e pela cultura capitalista. Essas relações de intolerância e não aceitação das diferenças presentes na sociedade, acabam influenciando diretamente a forma de pensar/agir de crianças e jovens que frequentam a escola (DAOLIO, 1995).

Pensando no âmbito escolar, a competitividade e o individualismo também estão presentes no mérito individual alcançado pelos alunos. Prevalece a hegemonia de uma cultura predominante, de caráter homogeneizador que atende aos interesses voltados à classe dominante. A escola não aceita o saber e o saber-fazer advindo da “bagagem” histórica e cultural dos alunos, e estes, se não tiverem a capacidade de adaptação ao sistema escolar, são excluídos do processo.

Para Viana (2002), as escolas procuram atender as necessidades de uma determinada e privilegiada classe social. Os que pertencem a esta classe buscam, a partir do referido privilégio, gerir as atividades das demais classes para que assim possam satisfazer suas necessidades.

Podemos pensar que os sujeitos escolares, quando são submetidos a um controle exercido pela instituição escolar, encontram na “violência” uma forma de linguagem, de reação a essa situação na qual a escola torna-se uma agência de mera inclusão perversa dos sujeitos das classes populares, pois, uma escola que não ensina e não possibilita acesso aos bens culturais acumulados pela humanidade, cumpre, por outro lado, a tarefa de adaptar o sujeito à situação de desigualdade, cumpre a tarefa de bloquear a capacidade dos sujeitos de expandirem suas vidas (SAWAIA, 2003).

A escola possui princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que estão propositalmente adaptadas para atingir seus fins, sem permitir que os alunos tomem consciência do domínio expresso nas operações reguladoras que são necessárias para alcançá-los (BOURDIEU e PASSERON, 2016). Podemos pensar nos abusos de autoridade, nos casos de maus tratos, castigos e humilhações através de constrangimento físico ou moral - por representantes (professores, diretores e inspetores) da instituição, mas sobretudo na forma das instituições organizarem suas práticas, negando aos indivíduos, sua subjetividade, sua expressão, enfim, seus direitos mais elementares. A presença de práticas autoritárias, repressoras e agressivas no interior da própria escola também não pode deixar de ser reconhecida, mostrando que, contraditoriamente, a escola vem atuando como vítima e promotora da violência.

Compreende-se o quanto as relações de repressão, coação e cerceamento da liberdade humana e do potencial criador dos alunos configuram-se como atos de violência e, infelizmente muito encontrados na escola. As escolas e professores ao assumirem o papel de cerceamento da liberdade e do desenvolvimento do potencial humano, atuam numa direção contrária à função da própria escola que deve caminhar na direção do desenvolvimento humano (OLIVEIRA, 1996).

A escola perpetua muitas vezes, uma educação que estabelece padrões de pensamentos e comportamentos considerados ‘normais’, de forma a estabelecer regimes disciplinares que submetem o indivíduo a relações de poder desiguais e que permeiam as relações escolares (FOUCAULT, 1990). Para o autor o interesse daqueles que exercem o poder, não é excluir os sujeitos de sua vida social ou mesmo impedir o exercício de suas atividades, mas sim controlar suas ações. Para Bourdieu e Passeron (2016) as violências que continuamente têm tido como alvo os estabelecimentos escolares mais desparelhados, são as manifestações visíveis dos efeitos permanentes das contradições da instituição escolar e de uma espécie absolutamente nova de violência praticada pela escola sobre aqueles que não são feitos para ela. A escola

continua seu processo, mas a partir de agora, exclui de maneira racional e mantém sob seu controle aqueles que exclui, atribuindo-lhes funções dentro da lógica da desigualdade que se faz presente.

Pensando os moldes em que a escola brasileira se encontra e considerando as desigualdades sociais e culturais que nela se fazem presentes, podemos perceber que a falsa pretensão de equidade a qual o sistema escolar está submetido é de certa forma injusta (BOURDIEU e PASSERON, 2016).

A escola é tida como uma instituição singular, que tem como finalidade garantir a todos as possibilidades de acesso aos conhecimentos socialmente construídos e acumulados pela sociedade, porém, o que vemos hoje é que estes conhecimentos estão sendo reduzidos a mercadorias, números e resultados. Presente em *softwares* e livros didáticos, o conhecimento converte-se em objeto, em coisa a ser transmitida e deve ser obrigatoriamente compreendido. Os mecanismos utilizados para mensurar a eficácia do processo de aprendizagem, são as provas/testes que têm como propósito apresentar resultados e atingir metas, reduzindo a empreitada dos alunos no simples ato de passar de ano (DAYRELL, 1996).

O tratamento homogêneo oferecido pela escola só vem ratificar a desigualdade e as injustiças das origens sociais dos alunos, já que essa lógica desconsidera que os alunos chegam à escola caracterizados pela diversidade em virtude da quantidade e qualidade de suas experiências e relações sociais que lhes são externas à escola. O que cada um deles é, ao chegar à escola, é produto de um conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes espaços sociais. Assim, para compreendê-lo, temos de levar em conta a dimensão da experiência vivida.

A diversidade real dos alunos é reduzida a diferenças apreendidas na perspectiva intelectual, que se caracteriza na ideia do bom ou do mau aluno, aquele que é esforçado e aquele que é preguiçoso, ou na questão comportamental onde se é obediente ou desobediente, disciplinado ou indisciplinado. A prática escolar, nessa lógica, desconsidera a totalidade das dimensões humanas dos sujeitos (alunos e professores) que dela participam e neste sentido é possível dizer que a estrutura escolar, pela desigualdade que a caracteriza, é violenta

Para Bourdieu e Passeron (2016) essa violência que acontece de forma velada (simbólica) oferece as condições ideais para que se inicie o processo de dominação dos sujeitos, fazendo com que ela pareça natural aos olhos de quem a presencia. Esse tipo de violência ocorre, segundo ele, dentro das escolas de forma sutil, onde se apresentam

encobertas as relações de poder que regem as relações entre os agentes do processo educacional.

A escola tem recebido, nos últimos anos, uma grande parcela de alunos provenientes das classes menos favorecidas, situadas em periferias e regiões as margens das cidades. Isso é resultado da efetivação de políticas públicas educacionais que promoveram e promovem o acesso e permanência desses jovens nos ambientes escolares.

Para Cézár e Passos (2017), essa situação provocou um impacto monstruoso no interior das instituições escolares, porque estes alunos trouxeram consigo, problemas com os quais a escola não estava preparada para enfrentar. Tais problemas estão atrelados ao desemprego, ao empobrecimento do país, a violência e desestruturação familiar, as drogas, etc. Para os autores a escola não se encontrava e ainda não se encontra preparada para receber essa nova demanda escolar. Seus parâmetros pedagógicos e curriculares mostraram ao longo dos anos, serem pouco eficazes para dar respostas às emergências educativas, tanto do ponto de vista do ensino quanto dos comportamentos.

É fato que atualmente a escola apresenta-se como o principal agente educacional da sociedade pós-moderna e, infelizmente, ao contrário do que se espera a escola não vem educando para formar cidadãos e sim para legitimar o poder simbólico da classe dominante (BOURDIEU e PASSERON, 2016). Sendo assim, a ação pedagógica dissipa uma certa violência (institucional) induzindo o aluno a agir e a pensar de uma maneira determinada e imposta, sem ter a consciência de que agem e pensam sob coação, tornando-se vítimas dessa violência simbólica e reproduzindo os valores existentes na sociedade dominante.

É importante notar que a violência no ambiente escolar se manifesta de maneira delicada na relação das crianças e dos jovens com os conteúdos a serem ensinados e apreendidos, que podem não ter um significado prático para suas vidas. A relação com professores se caracteriza por práticas autoritárias e sem espaços para o diálogo e para a crítica. As práticas disciplinares buscam a submissão do educando, a sujeição, a docilidade, a obediência e o conformismo. Na verdade, segundo Cézár e Passos (2017), a maior violência exercida pela escola é quando ela usa de seu poder sobre os alunos para impedi-los de pensar e de expressar suas capacidades, levando-os a se tornarem meros reprodutores de conhecimentos, que por muitas vezes lhes são estranhos.

Diante desta dominação o aluno muitas vezes fica impossibilitado de reagir pois, não possui as ferramentas necessárias para compreender o processo pelo qual está passando e como isso irá determinar sua identidade. Essa experiência nefasta, deixa marcas no aluno, que muitas vezes não se vê como sujeito de sua própria vida escolar, podendo causar um rebaixamento de sua autoestima, influenciando toda a sua escolarização posterior (CÉZAR e PASSOS, 2017).

Para Vieira (2017) a violência faz parte do cotidiano escolar e da vida social e se solidifica na desigualdade existente na sociedade, nas diferenças culturais, nas diferenças da forma de agir e pensar, na forma que os indivíduos compreendem o mundo ao seu redor. Para o autor, a violência simbólica cumpre o papel de coagir para que haja no sujeito uma internalização e normatização dos meios de educar. Para se efetivar a educação, existe a necessidade de adotar medidas de coerção que fazem parte de um severo processo de transmissão do capital cultural acumulado historicamente. Valendo-se de tal coerção, os valores sociais e culturais seriam reconhecidos e necessários. O caminho percorrido pelo sujeito (aluno) em sua jornada escolar é repleto de violência simbólica, pois faz com que ele acredite que os valores e símbolos dominantes são corretos e que todo o conhecimento que trazem de suas vivências anteriores não possui relevância. A escola, neste sentido, nega quem são estes alunos de verdade, produzindo um desinvestimento de suas identidades, normatizando assim a violência que, como afirma Bourdieu e Passeron (2016), por ser invisível, mais eficaz e duradoura se torna.

Para os mesmos, a violência simbólica é uma forma de dominação, pois tem o consentimento, muitas vezes, inconsciente do dominado e, esta prática que de alguma forma cerceia as vontades do sujeito, pode ser considerada como violência. As ações escolares, no cumprimento das exigências do sistema, se concretizam como promotoras de atos violentos para com seus alunos, uma vez que impõem limites que extrapolam os direitos e as identidades dos educandos.

2.1 Diversidade e diferenças na escola

Atualmente o binômio escola e diversidade tem ganhado força nos debates referentes a educação e também no âmbito das políticas públicas, no qual muitas propostas são pensadas e apresentadas para se enfrentar as dificuldades na tentativa de encontrar soluções para os problemas que ocorrem no cotidiano das escolas. A imagem transmitida para quem está do lado de fora da escola (não por mero acaso) é de que trabalhar ali é realmente muito difícil, a carga horária é exaustiva, os alunos estão tornando as aulas cada vez mais difíceis e que além disso, o salário pago aos professores não reflete os esforços feitos diariamente.

Desde a expansão, sob condições precárias, do ensino público, fato que se identifica pela ausência de investimentos nas escolas e na formação dos docentes, somado a ausência de projetos educativos capazes de absorver essa nova realidade escolar ampliada, tem se constatado a triste realidade em que se encontram a maior parte das escolas públicas do país. Estas se tornaram verdadeiras agências de contenção das contradições sociais e, de certa forma, o seu principal papel, de instituições educativas tem sido comprometido (SPOSITO, 1998).

Ao observarmos com atenção, percebemos que são muitas as diferenças que estão presentes no ambiente escolar: religião (católicos, evangélicos, umbandistas, judeus, budistas), tipos físicos (alto, baixo, gordo, magro), raça (branco, negro, índio, pardo), gênero (masculino e feminino), orientação sexual (heterossexual, homossexual, assexual, bissexual) entre outras.

Chauí (2008), afirma que a escola possui a contradição em seu cerne, pois por um lado a ação educacional age de forma a cercear a liberdade dos alunos e em nossa sociedade a escolarização constitui uma passagem obrigatória para a entrada no mundo social e profissional. Para muitos, a escola cumpre um papel fundamental na socialização do indivíduo, uma vez que entre os muros da instituição escolar, o aluno é colocado em contato com diferentes culturas. A escola é uma instituição social importante no processo de formação do indivíduo, e assume um importante papel no seu desenvolvimento intelectual, cultural e humano, caracterizando-se como um espaço que exerce influência direta na construção de seu caráter, personalidade e identidade.

Saviani ao discutir a função da escola, afirma que:

A escola tem a função de propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência). As atividades da Escola

Básica devem se organizar a partir dessa função e não desviar-se de seu objetivo principal, garantir a apropriação do conhecimento científico (2000, p.20).

Oliveira e Duarte (1987), afirmam que a escola é o local escolhido para o desenvolvimento do processo de transmissão do conhecimento elaborado, ou seja, a escola é o local onde o indivíduo apreende aquilo que é necessário para atuar no meio social em que vive; desta maneira a escola estaria possibilitando a apropriação de ferramentas culturais diversificadas para o desenvolvimento dos sujeitos.

É no convívio diário, na escola e fora dela, que os sujeitos se constroem, tornando-se produtores e produtos da cultura. De acordo com Duarte (1993), para compreender a formação do aluno, é necessário entendê-lo como uma “síntese de inúmeras relações sociais” e isso pressupõe que este indivíduo precisa ser entendido em processo de construção permanente, e situado no interior das relações sociais como um ser histórico.

As relações produzidas a partir do convívio na escola refletem uma realidade mais ampla do que aquela vivida pelo aluno no âmbito familiar. No entanto, esta experiência pode ser negativa, se na escola ele for cotidianamente submetido a diversos tipos de coação, preconceito e exclusão. Inúmeras situações de conflitos podem emergir das relações escolares, fazendo com que os alunos se sintam discriminados. As razões podem ser diversas: pelo bairro onde moram, por suas características físicas, pela maneira que se vestem, pela cor da pele, pelo tipo de cabelo, pela crença religiosa, entre tantas outras. Esta não aceitação, quando é um ato velado ou que não é percebido mediado por parte da “autoridade institucional”, configura-se como uma forma de dominação que busca na negação do diálogo, sobrepor determinadas ideias, e sustentar a autoridade simbólica (FOUCAULT, 1999).

Existem regras internas aplicadas ao cotidiano escolar que suscitam as mais variadas reações, e que, na maioria das vezes, não são resultado de um consenso entre os agentes que fazem parte da comunidade escolar. A partir destas regras que normatizam os comportamentos e as relações entre os atores escolares, desenvolvem-se sentimentos, atitudes e percepções variadas acerca do outro, assim, se faz necessário identificar os fatores que levam os alunos a aceitarem ou não as manifestações de diversidade (BOURDIEU e PASSERON, 2016).

A não aceitação ao diferente ocorre por diversos meios, e presenciar a indiferença, a discriminação, o preconceito, a injustiça, os rótulos é quase que comum.

As relações entre os estudantes, acabam desencadeando a formação de grupos fechados que algumas vezes impedem a aproximação de outros colegas, deixando claro que se faz necessário compartilhar de aspectos comuns para que seja possível participar destes grupos.

A formação destes agrupamentos é algo comum e inerente ao convívio escolar, porém deve-se ressaltar que muitas vezes são impostas regras com o objetivo de mostrar superioridade e demonstrar a força sobre os demais, fazendo surgir assim práticas excludentes e preconceituosas. Essa exclusão escolar acontece, ironicamente, desde que a escola se tornou democrática e passou a receber alunos de vários grupos sociais sem ter estrutura para isso. Concebida inicialmente para acolher alguns, mas não todos, a escola foi, lentamente, sendo reivindicada por aqueles aos quais havia sido negada.

Para Bello e Luzzi (2009):

É fato observado que na escola se aprende a diferença, e que historicamente a escola trata de colocar para fora os sujeitos que resistem a normatização de suas identidades sexuais e de gênero a partir de padrões hegemônicos, assim como também exclui quando tratam de identidades raciais ou de classes desvalorizadas socialmente (p.4694).

Este processo de democratização escolar transformou a instituição de várias formas. As práticas excludentes disciplinam os sujeitos escolares de diferentes formas. Elas podem tanto ensinar aqueles que resistem a normatização de seus corpos o preço de sua resistência, quanto mostrar para aqueles que permanecem na escola qual é o comportamento aceito (FOUCAULT, 1999).

Para Bello e Luzzi (2009) não se trata de identificar o estranho como o diferente, mas sim pensar o quão estranho é ser igual a todos e quanta violência é empregada para se produzir este processo de homogeneização artificial, e fazer com que ela pareça natural.

Devemos compreender os sujeitos como pessoas de identidades plurais, múltiplas e que sofrem transformações constantes, que não são imutáveis ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Desta forma o sentido de pertencimento a diferentes grupos étnicos, sexuais, religiosos, de classe e de gênero, constitui o aluno e pode levá-lo a se perceber dentro do contexto em que se encontra.

Diante dessa diversidade, a escola deve ser vista como espaço sociocultural, e entendida, portanto, como um espaço institucional, regido por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. De maneira simultânea a isso, ela também é permeada por uma complexa trama de relações sociais entre estes

sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Há um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar:

Fruto da ação recíproca entre o sujeito e a instituição, esse processo, como tal, é heterogêneo. Nessa perspectiva, a realidade escolar aparece mediada, no cotidiano, pela apropriação, elaboração, reelaboração ou repulsa expressas pelos sujeitos sociais (DAYRELL, p.2, 1996).

Esse vínculo entre diversidade e educação têm sido estreitado e colocado em evidência nas últimas décadas. Se faz cada vez mais presente nos debates e estudos na esfera educacional a ideia de “reduzir” a distância na relação entre os estudantes pertencentes a diferentes tipos de grupos (sociais, étnicos, religiosos), para que seja possível amenizar as desigualdades dentro da escola. É necessário refletir e buscar possibilidades para entender as diferenças que permeiam a realidade e a dinâmica entre os sujeitos. Devemos nos atentar de que forma são tratadas às questões referentes à identidade e a diferença no cotidiano da escola.

As diferenças nos modos de se manifestar e expressar é o meio pelo qual os indivíduos apreendem, adquirem conhecimento e internalizam o mundo a sua volta, desenvolvendo assim a sua própria maneira de ver, pensar, se comportar, formando assim seu próprio eu diante dos outros (DUARTE, 2009). A sociedade, desde a sua formação, é constituída por uma diversidade étnica e cultural, a qual muitas vezes se evidencia no espaço escolar, devendo ser reconhecida a partir da pluralidade e vivências dos diferentes grupos sociais pertencentes aquele contexto. Diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade, a diferença é a qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou de semelhança (ABRAMOWICZ, 2006).

O desafio, para nós educadores, parece ser o de não permitir que estas diferenças (que compõem a natureza humana) se tornem sinônimo de desigualdade e se tornem justificativa para o preconceito, a discriminação e a violência. No ambiente escolar, muitas vezes, estas diferenças se refletem negativamente no convívio entre os alunos. Estas diferenças, transformadas em desigualdade, acabam interferindo no processo educacional e repercutindo em formas equivocadas de pensar e perceber o outro.

A escola contemporânea e, especialmente, as práticas pedagógicas dos profissionais de educação talvez não passaram pelas adequações necessárias, ou ainda sejam insuficientes, para responder aos novos desafios propostos à instituição escolar

(DUARTE, 2009). Estudiosos e pesquisadores discutem a importância de se reconhecer a existência de diferenças culturais dentro da escola e sugerem uma organização pedagógica pautada na equidade social e na justiça curricular (DUARTE, 2009).

Frente a diversidade da população escolar, é válido pensar na elaboração de possibilidades para promover a integração, e situar as escolas como instituições que aceitam e valorizam a diversidade do coletivo que as frequenta. Quando a educação escolar passa a ser considerada um bem público, cria-se o direito, garantido por lei, de que todos tenham acesso a ela. Diante desta perspectiva, pode-se pensar que a educação universal não tem o compromisso apenas de possibilitar a abertura da escola aos grupos sociais, culturais e econômicos, mas também o acesso à educação, criando mecanismos para que, ao invés de serem submetidos a cultura do silêncio, os grupos escolares tenham seus ideais reconhecidos e respeitados (GARCIA, 2008).

Neste sentido, promover o acesso de todos os alunos a escola é muito mais do que garantir sua permanência nela. Tornar a escola acessível é transformá-la num ambiente democrático que possibilite o sentimento de pertencimento por parte dos alunos. O mascaramento das diferenças, longe de gerar acolhimento, gera constrangimento.

Para Garcia (2008), “a escola é uma prática social que têm papel relevante na construção de conhecimentos e de subjetividades sociais e culturais. Aprende-se na escola a ler, escrever e contar, tal como se aprende a dizer ‘branco’, ‘negro’, ‘mulher’, ‘homem’.” Se os alunos passam grande parte da infância e adolescência na escola, poderíamos ir além e dizer que na escola se aprender a gostar, a odiar, a respeitar, a compreender, etc. A escola projeta visões de mundo e esta projeção se dá nas relações estabelecidas entre os alunos e mediadas pelos professores e funcionários.

Louro, discutindo a construção escolar das diferenças reflete que:

Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, “garantir” – e também “produzir” – as diferenças entre os sujeitos (1997, p.57).

Os indivíduos pertencentes a estes novos grupos não conseguem viver isoladamente, e no decorrer de suas vidas, vão desenvolvendo uma série de habilidades para se relacionarem com o mundo que os cerca. A escola contribui para formação de aspectos intelectuais e também morais para que seja possível estabelecer relações de

convívio com outras pessoas, as quais são necessárias para o desenvolvimento humano.

Para Scopel e Gomez:

É comum se ouvir falar muito sobre normas, valores e regras de condutas que devem ser seguidas pelas pessoas para o bom convívio em uma determinada sociedade. Esse conjunto de normas é denominado moral. Contudo, o significado, a validade e a função da moral podem variar historicamente nas diferentes sociedades, de acordo com as situações sociais e necessidades humanas (2006, p.3).

Os alunos criam diversos tipos de relações, que se dão por partilharem das mesmas crenças, por algumas afinidades, por motivos de estudo, para participarem de atividades ou, simplesmente, por empatia. Desta forma, eles acabam formando “grupos” dentro do ambiente escolar. Esses grupos estão sujeitos a normas e regras, que podem estar escritas ou não, e que permitem que os sujeitos façam parte dele. Para ser incluído num grupo (numa rede de relações) a criança ou adolescente precisa se encaixar nestas normas, caso contrário ele não será aceito. Os sujeitos constroem suas representações nos seus grupos, por meio de conversas, visões, e crenças, e com isto os conceitos e as ideais vão sendo aceitos, naturalizados, considerados verdadeiros, embora sejam apenas representações.

Scopel e Gomez (2006) afirmam que muitas vezes a não aceitação do outro e o preconceito decorre desse processo equivocado que estas representações podem gerar. Para os autores:

O preconceito é uma opinião formada sem reflexão e/ou um conceito antecipado que se forma sobre determinada pessoa ou objeto, que, na maioria das vezes, se manifestam de acordo com adventos da sociedade, da história e da cultura em que está inserida (2006, p. 5).

Existe no preconceito a não aceitação das diferenças, que se origina de um prejulgamento negativo, por parte de indivíduos ou grupos, que não compreendem a realidade do outro e colocam-no em posição de inferioridade. As manifestações de preconceito não possuem uma origem natural, mas surgem a partir de uma construção social sem base objetiva, decorrente de representações ideológicas que englobam crenças e valores de um determinado grupo que busca manter a ordem vigente. Sendo assim, são estabelecidos normas e padrões a serem protegidos pelo sistema vigente e aqueles que não se encaixarem na lógica da normalidade são vistos sob um olhar de desprestígio e estranhamento, sendo, muitas vezes, negado o direito de viver em sociedade (FOUCAULT, 1990).

No ambiente escolar, desenvolvem-se, por diversos motivos, situações de conflito, seja porque os alunos são diferentes uns dos outros, seja porque têm objetivos e interesses diferentes. Encontramos num mesmo espaço muitas diferenças, indivíduos que possuem diferentes condições de moradia, de alimentação, de transporte, de acesso à cultura, ao lazer, à educação.

As diferenças existentes entre os sujeitos, não são vistas, em sua maioria, como algo positivo que resultaria numa relação dialética, múltipla, ao contrário disso, a diferença causa um incômodo que impossibilita que se reconheça no outro as qualidades que os tornam diferentes. Essas atitudes negativas ocorrem em quantidade, e por isso acabam assumindo um caráter de consenso ou cunho ideológico que é, muitas vezes, usado para justificar atos de discriminação. Bello e Luzzi (2009), ponderam que institucionalmente a discriminação e o preconceito são fatores determinantes no fracasso e evasão dos sujeitos escolares, sejam eles negros, homossexuais, adeptos de diferentes religiões ou sujeitos oriundos das mais diversas classes socioeconômicas.

Essa percepção traz novas preocupações para o âmbito da educação, que deve trabalhar na tentativa de resgatar a centralidade do conhecimento na escola visando a superação destas relações sociais hegemônicas que produzem situações de desigualdade e as reproduzem através das relações de poder institucionalizadas. Deve-se garantir os direitos civis e sociais, e a escola tem a função de trabalhar os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, porém há que se pensar sobre que conhecimentos são esses. É preciso que a escola assuma a responsabilidade de abordar os conteúdos relativos as diferenças humanas, no sentido de ampliar a capacidade de respeito e aceitação dos alunos diante do “outro”.

Bello e Luzzi (2009) apontam que fica evidente dentro da escola que a discriminação e o preconceito são razões determinantes para o fracasso e evasão escolar de alunos negros/negras, lésbicas, gays, travestis e transexuais. Segundo eles, pautada na Constituição Federal Brasileira de 1988, a República Federativa do Brasil deve ter como objetivo a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quais outras formas de discriminação, considerando todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Segundo os autores, o inciso III da Constituição garante que:

(...)ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; no inciso X que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, em seu inciso XLI que a lei punirá qualquer

discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. E, ainda, em seu artigo 205º, no qual promulga que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família; e no artigo 206º ao determinar alguns princípios para o ensino, onde se destaca: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (p.4696)

Sabemos que as dificuldades em sala de aula fazem parte do cotidiano de alunos e professores, porém o descaso e a negligência ou até mesmo o conservadorismo da própria instituição escolar, acaba por contribuir para que a violência se manifeste. Segundos os PCNs (BRASIL 1997, p.30):

Muitas das escolas ainda praticam uma “Pedagogia Tradicional”, proposta de educação centrada no professor, cuja função se define como a de vigiar e aconselhar os alunos, corrigir e ensinar a matéria através de aulas expositivas, devendo os alunos prestar atenção e realizar exercícios repetitivos, a fim de memorizar e reproduzir a matéria ensinada.

A escola não modifica por si só o imaginário e as representações coletivas negativas que se construíram sobre os ditos “diferentes” em nossa sociedade, mas ela ocupa um lugar de destaque no processo de superação do preconceito, fazendo uso de um trabalho sistemático e crítico na formação de valores de cada aluno. Há a necessidade de se pensar em políticas educacionais que amparem os sujeitos discriminados no interior da escola, através de discussões, lutas e embates junto aos responsáveis sociais no processo de elaboração dessa constituição, para que de fato as transformações possam ocorrer.

A escola deve cumprir a sua função social e política não somente na escolha da metodologia para a transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados ou no preparo dos sujeitos que serão parte da sociedade. Ela deve buscar a garantia de que todos sejam tratados de maneira justa respeitando suas diferenças, superando o preconceito e a discriminação existentes.

3. Análise das entrevistas

Foi a partir destas reflexões elaboradas até aqui que buscamos compreender de forma mais específica às implicações do fenômeno da violência na escola e, principalmente, nas aulas de EF. Buscamos, fundamentalmente, compreender o modo como os professores desta disciplina compreendem a violência e suas diversas formas de manifestação, bem como analisar o modo como eles lidam com ela no decorrer de suas intervenções pedagógicas.

Considerando a violência como um fenômeno social que se manifesta em diversas instâncias da sociedade, e também nas Escolas, o objetivo deste trabalho foi analisar e compreender qual é o conceito de violência com qual operam os professores de EF escolar da rede estadual de Limeira. Nossa intenção não foi elencar as diferentes formas de violência que ocorrem nas escolas, mas compreender o que é violência na visão dos professores entrevistados e como e se eles agem diante dela. Os professores foram selecionados e as entrevistas foram realizadas em momentos distintos, respeitando a privacidade e resguardando todos os direitos dos sujeitos da pesquisa, sendo assim, neste capítulo apresentaremos a interpretação e a análise dos dados fornecidos.

Foram entrevistadas cinco professoras da rede pública estadual de São Paulo, pertencentes à Diretoria de Ensino de Limeira. São elas: Elis, Flávia, Maria, Marta e Zélia⁷. Procuramos relacionar as opiniões das professoras, entre si, quando estas se aproximavam ou, ao contrário, eram dissonantes.

⁷ Todos os nomes aqui utilizados são fictícios.

3.1 Sobre a trajetória das professoras: formação e atuação profissional

Por acreditarmos que as análises das opiniões das professoras não podem ser descoladas do conhecimento sobre o contexto no qual atuam e no qual foram formadas, iniciaremos esta análise fazendo um breve relato sobre o perfil mais geral das professoras e das escolas onde trabalham. Como a localização possui íntima relação com a classe social dos alunos, achamos interessante apontar para os aspectos geográficos de cada escola. As perguntas que nos possibilitaram traçar o perfil das professoras foram as seguintes: **1- Onde e em que ano você concluiu a graduação em EF? 2 - Como foi que escolheu este curso e esta carreira; 3 - Qual o seu local de trabalho? 4 - Há quanto tempo você trabalha com EF na escola? 5 - Como é a sua relação/convívio com os alunos?**

A professora Elis formou-se na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) em 2000 e iniciou o trabalho como professora de EF no mesmo ano que concluiu sua graduação (2000), trabalhando em escolas estaduais e em escolas de ensino infantil. Esta professora afirmou ter escolhido seguir esta carreira por ter praticado esporte em sua fase escolar. Ela conta que jogou tênis na adolescência e sempre teve um grande amor pelo esporte.

Durante os dezessete anos que vem exercendo a profissão, trabalhou em algumas escolas diferentes, tanto na parte central da cidade quanto em bairros mais afastados. Atualmente trabalha em uma Escola Estadual localizada em uma região periférica. Ela afirma que a escola atende a uma clientela bem carente e que sofre com diversos problemas socioeconômicos. Durante a entrevista a professora mostrou-se muito centrada e respondeu todas as perguntas com muita clareza. Em determinados momentos acabou fazendo alguns desabaços e exteriorizou seu descontentamento com a atual situação que se encontra a educação, de forma geral, e também a EF.

Elis comentou, ainda, sobre o descaso que os alunos têm com a escola e com as aulas. Elis afirma que sempre tentou manter uma boa relação com seus alunos, mas que a cada dia que passa isto está mais difícil. Nestes 17 anos que atua como docente ela diz que muita coisa mudou e que os alunos não querem mais seguir regras. Segundo ela, é preciso ter muito “jogo de cintura” para lidar com eles, caso contrário não é possível dar aula.

A professora Flávia formou-se na UNIARARAS – Fundação Ermínio Ometto (Araras-SP), no ano de 2011. Desde então iniciou seu trabalho como professora

substituta na rede estadual de Limeira, em escolas infantis e também em projetos esportivos. Efetivou-se na rede em 2013 e no ano de 2016 efetivou-se, também, na rede municipal, em uma escola de educação infantil, trabalhando, hoje em dia, nas duas redes.

Esta professora afirmou ter escolhido seguir esta carreira pelo fato de gostar de EF desde a época em que cursava seu ensino fundamental II. Ela conta que sempre esteve envolvida com as atividades esportivas que eram oferecidas no contra turno da escola, o que a motivou na escolha pela graduação em EF e pela carreira docente.

Trabalhou em escolas localizadas na região central de Limeira e em escola situadas em bairros mais afastados do centro da cidade. Atualmente trabalha em uma escola estadual situada na periferia, na qual, segundo ela mesma, a clientela é composta, em sua maioria, por alunos carentes e os bairros no entorno da escola são perigosos devido ao tráfico de drogas.

Flávia afirmou que espera ansiosamente sua convocação para que possa se efetivar em seu segundo cargo no município como professora de educação infantil, e afirmou que irá exonerar do atual cargo, pois, segundo ela, está muito difícil dar aula no Estado. Relatou possuir uma relação boa com seus alunos por conta da afinidade que estes têm com a disciplina. Contou, ainda, que os alunos gostam de fazer sua aula e que isso facilita sua relação com eles.

Em alguns momentos Flávia externou seu descontentamento e indignação com situações que presencia, falou que muitas vezes não consegue “acreditar no que os alunos fazem dentro da escola”. Durante a entrevista a professora mostrou-se um tanto nervosa ao responder as perguntas e antes mesmo de iniciarmos perguntou se poderia ler as perguntas antes para “ver se não tinha nada muito complicado”.

A professora Maria formou-se na Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), em São Paulo (capital), em 2003 e iniciou o trabalho como professora de EF no mesmo ano em que concluiu sua graduação (2003), trabalhando como professora substituta em escolas estaduais na grande São Paulo. Em 2005 ingressou como professora efetiva da rede estadual. Trabalhou até o ano de 2009 na cidade de São Paulo e conseguiu sua remoção para a cidade de Limeira, onde posteriormente ingressou como professora efetiva no município em uma escola de educação infantil, trabalhando concomitantemente com o Estado.

Maria nos contou que sonhava em ser atriz, mas como não conseguiu, cursou o magistério. Sua mãe queria que ela cursasse pedagogia, porém ela se recusou e como

sempre gostou muito da área esportiva e de dança, optou pela EF. Disse que tinha muita vontade de dar aula e que após fazer o magistério já sabia que seria professora de EF pela ligação com os esportes e a dança.

Em São Paulo, trabalhou em escolas que afirmou serem extremamente perigosas. Uma delas se localizava em um “morro” onde o tráfico de drogas era a principal atividade. Ela afirma que após mudar-se pra Limeira percebeu que a realidade das escolas da cidade não era muito diferente com as quais estava acostumada na capital. Explicou que desde que chegou na cidade sempre deu aula em escolas situadas em regiões periféricas e que sua escola atual também se localiza em um bairro afastado do centro, com uma clientela⁸ muito “difícil” e extremamente carente, segundo ela alguns alunos não possuem nem calçado para irem a escola.

Durante a entrevista Maria se mostrou muito eufórica e extremamente comunicativa. Fez inúmeros desabaços e falou, com revolta, sobre a atual situação das escolas no país e o descaso dos governantes com a educação brasileira. Citou a falta de investimento, de estrutura e também a falta de materiais básicos para desenvolver as atividades durante suas aulas.

Maria afirmou que mantém uma boa relação com seus alunos pois é uma professora “hiperpaciente” e que escuta muito seus alunos. Comentou, ainda, que esta prática se deve ao fato de sempre ter trabalhado em escolas de periferia, nas quais a maioria dos alunos é “carente” e precisa de atenção. Sendo assim, ela acredita que isto faz com que os alunos “gostem” dela.

A professora Marta formou-se na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) em 1985 e iniciou o trabalho como professora de EF no mesmo ano em que concluiu sua graduação. Trabalhou como professora substituta em escolas estaduais, em escolas da rede privada de ensino e também em equipes de treinamento esportivo; se efetivou na rede estadual, em Limeira, no ano de 1991.

A escolha pela carreira, segundo ela, se deu pelo fato de que sempre gostou muito da área esportiva. A professora afirma ter se espelhado muito em sua professora de EF gostava muito da forma como ela trabalhava. Marta ressaltou que seu pai havia sido jogador e que acredita que a EF veio no “gene”.

Durante todos estes anos que vem exercendo a profissão trabalhou em algumas escolas particulares e em diversas escolas da rede estadual tanto na parte central da

⁸ Clientela: termo utilizado pelas professoras para classificar os alunos com os quais trabalham.

cidade quanto em bairros mais afastados. Atualmente divide seu tempo entre uma conceituada escola privada e uma Escola Estadual em uma região periférica, onde ela afirma ser extremamente perigosa pois o bairro é movido pelo tráfico de drogas.

Durante a entrevista a professora mostrou-se muito centrada e respondeu todas as perguntas com muita clareza e paciência. Em certos momentos ao falar das atividades que desenvolve com os alunos, tanto na rede pública quanto na rede privada, o conteúdo esportivo se fez muito presente e com certa ênfase, já que, segundo ela, o esporte trabalha muito com regras e isso é muito importante para a “juventude” hoje em dia.

Afirmou que sempre se “deu” muito bem com seus alunos pois gosta daquilo que faz. Diz que sempre foi muito rigorosa e sempre cobrou que fossem seguidas regras para que as aulas pudessem acontecer. Mencionou que com o “caminhar” dos anos alguns problemas surgiram, mas que felizmente acredita que fez com que seus alunos entendessem “um pouquinho” o valor e a importância da EF. Em alguns momentos, ao citar acontecimentos que vivenciou ao longo de sua jornada, mostrou-se incrédula e abismada com o fato de como “as coisas mudaram” e como os valores se perderam completamente. Segundo ela, algumas coisas acontecem por “falta de Deus no coração”.

A professora Zélia formou-se nas Faculdades Integradas Einstein de Limeira no ano de 2011, durante o curso trabalhou em escolinhas de treinamento esportivo, academias e, após concluir a graduação, iniciou seu trabalho como professora de EF substituta em escolas de educação infantil do município e em escolas da rede estadual. Atualmente, trabalha em uma academia de natação e em duas escolas da rede estadual em Limeira, como professora efetiva. Uma das escolas na qual trabalha está localizada no centro da cidade e a outra na periferia.

A escolha pela carreira deu-se, segundo ela, pelo fato de ser ex-jogadora de handebol (jogou durante 10 anos), e de sempre ter gostado de esporte. Segunda ela, na época em que jogava seu ex-técnico disse que ela poderia ganhar uma bolsa de estudos caso permanecesse como titular do time, mas isso nunca aconteceu.

Iniciou seus estudos em 2003, porém viu-se obrigada a abandonar o curso pois perdeu a bolsa de estudos que tinha. Acabou retornando em 2009 e concluindo sua graduação em 2011.

Ao falar sobre sua relação com os alunos afirma que não é brava com eles e sim rígida, que gosta muito de disciplina e respeito pois era isso que seu técnico cobrava dela. Ela aponta que existe uma grande diferença na relação com os alunos das escolas de ensino infantil e os alunos das escolas da rede estadual. Segundo ela, com os alunos

“pequenos” é mais fácil de lidar, já com os “maiores” é muito difícil. Para ela os alunos “maiores” acham que as aulas de EF são aulas de “descanso” ou uma aula de “janela”.

A entrevista despertou algumas emoções e, em alguns momentos, Zélia chorou ao relatar situações que vivenciou durante os anos que lecionou em diferentes locais de trabalho. Ela relatou ter entrado em depressão por conta de um problema com uma aluna durante sua aula e que isso quase a fez desistir da profissão. Expressou veementemente sua indignação com a falta de respeito entre os alunos, dos alunos com os professores, de professores com alunos e também da direção com professores e alunos.

As cinco primeiras perguntas do roteiro de entrevista nos possibilitaram traçar os perfis das professoras entrevistadas. Conhecer um pouco melhor quem são elas e qual foi a trajetória de cada uma permitiu-nos analisar de forma mais rica as respostas posteriores, que tratam diretamente da temática da violência.

3.2 As relações entre os alunos

A pergunta, feita para as professoras para dar início ao tema específico foi a seguinte: **Como você percebe as relações entre os próprios alunos durante as suas aulas?** À primeira vista a pergunta não trata diretamente do tema, mas servirá para nos ajudar a compreender como, segundo as professoras, estas relações estabelecidas entre os próprios alunos podem se transformar em manifestações de violência.

A professora Elis afirma que a relação entre seus alunos é boa, mas que pequenas “brigas” acontecem, sendo necessário estabelecer certos acordos com os alunos para que as aulas possam se desenvolver. Elis considera isso normal e não vê maiores problemas. Segundo ela, entre eles a relação é boa, mas é ainda melhor com os meninos do que com as meninas. Ela comenta: “eu vejo mais problema de intriga e confusão entre as meninas”.

Quando questionada se poderia explicar a razão desta diferença estabelecida na relação com os meninos e meninas Elis respondeu que “os meninos quando têm problemas se resolvem ali na hora, as meninas têm essa coisa de fofoca, de uma falar pra outra, e isso acaba indo além”. Para ela outra questão que gera problemas entre as meninas é a questão dos “namoros”: “hoje em dia as meninas ficam com um menino, aí ficam com outro, aí se uma menina vai e fica com um menino que a outra ficou dá a maior confusão, elas saem no tapa por conta disso, é feio de ver”.

É possível perceber certo machismo na forma como a professora expõe sua visão. Em sua forma de falar ela deixa claro que o fato das meninas se relacionarem com diferentes meninos é um problema pois acaba inferiorizando as mesmas. A professora não leva em conta o fato de que os meninos também se relacionam com diversas meninas, pois para ela isto não parece um problema, já que está é uma atitude aceita e até esperada pela sociedade. É muito comum encontrarmos, até hoje, posições como estas, que vêm estruturando a nossa sociedade há séculos. Muitos professores que pensam como Elis, consideram problemáticas estas questões, mas parecem não se dar conta de que a própria estrutura machista, que considera este um problema apenas das meninas, é violenta. Acreditamos que esta visão, nem sempre pautada em preconceitos, mas em processos culturais que definem a sociedade há séculos, poderia ser contornada através de disciplinas que tratassem o tema ao longo dos cursos de formação em Licenciatura.

A professora Flávia também afirma que a relação entre seus alunos é boa, segundo ela:

Por ser um disciplina que tem mais prática, tem um momento que possibilita eles saírem da sala de aula, deles terem um contato maior com os colegas, eu acredito que seja um momento que eles se sintam mais a vontade de se aproximar mais, então eles tem os grupo de afinidade, então eu acredito que o relacionamento deles seja bom (PROFESSORA FLÁVIA).

De acordo com ela, os únicos momentos nos quais surgem problemas mais graves são aqueles em que ela realiza atividades de competição, pois, segundo ela, “um quer ser melhor que o outro” e isso gera alguns conflitos durante as aulas.

Já a Professora Maria relata que os alunos “ficam o tempo todo com brincadeiras extremamente agressivas, de soquinho, de tapinha” e que este tipo de “amizade” na concepção dela é algo “meio fora do comum”. Outro ponto frisado por ela diz respeito ao “linguajar” utilizado pelos estudantes. Ela afirma, indignada, que “pra eles é normal falar palavrão, faz parte do vocabulário deles o palavrão, principalmente os meninos, faz parte da rotina deles”. A professora Maria, assim como Elis, também comenta sobre questões relacionadas ao sexo de forma generificada. Ela afirma que:

A sexualidade está muito avançada. As meninas, hoje, têm um jeito de tratar com os meninos de muita liberdade. No 8º ano, 9º ano é tudo muito liberal. Eu acho que o corpo deles está se desenvolvendo muito rápido (PROFESSORA MARIA).

Ao expor esse fato a professora demonstra certa surpresa e espanto em ver como este contato se dá entre os meninos e as meninas e diz que não considera isso algo “normal”. Apesar de encarar este fato com certo descontentamento, a professora Maria diz que, infelizmente, vivemos numa sociedade machista e que é difícil mudar esta realidade. Ao contrário de Elis, que parece compactuar com a ideia, Maria parece ter consciência de que culturalmente a sociedade considera normal o fato de “meninos darem liberdade para meninas”, mas não o contrário. Maria sabe que “é assim”, mas entende que isto não é “natural” e, sim, algo imposto pela sociedade.

A professora Marta, quando perguntada sobre a relação entre os alunos durante as suas aulas, afirma que, primeiramente, tenta explicar a eles a importância da EF e estipula alguns “combinados” e regras para que as aulas possam se desenvolver com tranquilidade. Ela busca fazer com que “os alunos olhem para os outros alunos como amigos e não como adversários”. Marta afirma tentar conversar bastante com os alunos, no entanto, mesmo com esse trabalho de conscientização, ela afirma que diariamente surgem dificuldades e faz uma comparação, um tanto nostálgica, de como as coisas

eram e de como estão hoje, lamentando como muita coisa mudou. Ela comenta que quando começou a trabalhar com a EF enxergava os alunos sendo:

Mais humanos, se respeitando mais, hoje eu vejo que muitos desses valores se perderam, acho que a família não ajuda, então eles trazem isso pra dentro da escola, hoje eu vejo que falta muito respeito na forma de lidar com o outro, de não aceitar as diferenças, o vocabulário muito baixo, é complicado, eu vejo que a educação e a socialização caiu muito (PROFESSORA MARTA).

A professora Marta aponta para uma mudança nas relações que se devem ao desenvolvimento da sociedade. Ela afirma que antes os alunos eram mais “humanizados”, pois, segundo ela, havia mais respeito. Nos questionamos, no entanto, sobre a forma que Marta tem ao perceber tal questão. Como apontam diversos pesquisadores na área da educação, sabemos que se há algum tempo a escola parecia mais pacífica, isto se deve ao fato de que antes do processo real de democratização do ensino, a escola era um espaço homogêneo. Num local onde os sujeitos se parecem e onde não há grande diversidade entre eles, parece não haver espaço para grandes desavenças e falta de aceitação. Neste sentido, aquilo que a professora Marta percebe como algo bom (a escola pacífica do passado), era, antes de tudo, uma escola elitizada (para poucos e não para todos). A partir do momento em que a escola começa a receber alunos das diversas classes, etnias religiões, esta passa a ser espaço de conflitos e confrontos. Neste sentido, as coisas não mudaram simplesmente porque os alunos se tornaram mais violentos nos dias de hoje, mas sim porque foram “obrigados” a conviver com as diferenças. As formas de socialização mudaram e as diferenças, tão normais entre os seres humanos, passaram a ser tratadas explicitamente como desigualdades.

Para além destas questões apontadas por ela, Marta ainda afirma que percebe:

Muita diferença na parte do desenvolvimento motor por parte dos meninos, eu acho que por brincarem mais na rua, serem mais soltos, são mais desenvolvidos, e eu percebo que as meninas, talvez por ficarem mais dentro de casa, tem um desenvolvimento motor menor (PROFESSORA MARTA).

Ao pensarmos nas características masculinas e femininas, percebemos que atributos de delicadeza, paciência, dedicação e cuidado compõe a imagem da mulher, já ao homem sempre relacionamos características como a virilidade e a força. Essas características vêm sendo perpetuadas ao longo da história, e a sociedade contemporânea fundamenta suas práticas, define papéis e funções diferenciadas aos sujeitos conforme a identidade de gênero. Essa desigualdade foi se afirmando em nosso país, e mulheres e homens ocupando diferentes lugares sociais. Ao pensarmos nestas

diferenças é possível compreender que os processos de socialização dos alunos e alunas não é equivalente, e que a construção social do que se compreende como masculino e feminino define diretamente a forma de meninos e meninas serem educados, influenciando diretamente na forma que estes se enxergam, se desenvolvem e agem no mundo.

A professora Marta, consciente destas diferenças, busca agir de maneira preventiva para que estas situações de segregação não aconteçam. Ela ressalta que orienta os alunos para que se respeitem. Ela deixa claro que eles irão “trabalhar com grupos diferentes, meninos e meninas, colegas dos quais gostam e dos quais não gostam, que tem habilidades desenvolvidas e outros não”. Ela afirma que estas diferenças ficam ainda mais evidentes nos momentos de separar os grupos para a realização das atividades, onde os alunos “escolhem os melhores e aqueles que não tem tanta habilidade acabam sobrando”. A professora tenta utilizar de estratégias para que todos possam participar de maneira igual, porém “alguns se negam a fazer porque falam que os outros não passam a bola pra eles, eles ficam acuados, vão se excluindo e não querem fazer de jeito nenhum”. Fica claro nesta fala da professora a marca história da EF, que durante todo seu processo de evolução, enquanto disciplina escolar, teve um caráter excludente.

A EF, desde suas origens, enfatizou o corpo deixando de lado o caráter psíquico de cada ser humano, nas aulas eram considerados bons alunos aqueles que tinham corpos esbeltos e que conseguiam desempenhar com destreza as complexas atividades passadas pelos professores, que tinham como principal objetivo em suas aulas descobrir novos talentos e separar aqueles que eram aptos para as práticas esportivas daqueles que não eram (CASTELLANI, 1994). Podemos pensar, a partir deste panorama histórico, o quanto as aulas eram excludentes e geravam, de certa forma, uma violência relacionada aos corpos dos alunos, pois aqueles que não se enquadravam nos parâmetros exigidos eram automaticamente descartados.

Não podemos afirmar, com certeza, se a professora Marta considera estas ações dos alunos em selecionar os aptos e excluir os inaptos, como sendo uma forma de violência, porém ela não acha que seja algo correto. Na tentativa de coibir este tipo de atitude ela usa algumas estratégias como: “deixar esses alunos menos habilidosos escolherem o time” ou “faz sorteio pelo número da chamada”.

A professora Zélia ao falar sobre a relação entre seus alunos relata que eles brigam demais. Segundo ela “é o bullying mesmo”. Para Zélia:

A relação entre eles é muito complicada, os meninos acham que a quadra é só deles, aí as meninas não querem fazer nada, aí sempre tem rixa entre as meninas daquela que é mais bonitinha, uma tem mais corpo e a outra não tem (ENTREVISTA ZÉLIA).

A professora diz que em uma das escolas nas quais trabalha, localizada no centro da cidade, existem alunos de diferentes classes sociais. Alguns com melhores condições financeiras do que outros, o que gera atritos entre eles. Nas palavras dela, eles brigam por “um ter e o outro não ter” determinado tipo de coisa. Isto nos remete a uma literatura sobre o assunto, que vem apontando para as desigualdades sociais. Segundo Melo (2010), o preconceito relacionado a classe pode se caracterizar pela exclusão e desigualdade social, ou estaria a elas associado. Problemas como, o desemprego, a fome, falta de saneamento básico e dificuldades de habitação, são algumas das causas destas desigualdades sociais.

De acordo com Souza (2008), as diferenças entre as classes sociais têm várias causas, entre elas podemos citar: o crescimento das cidades, o desenvolvimento das tecnologias, o consumo exacerbado, a concentração de renda, as disparidades sociais referentes à aquisição de bens de consumo, ou até mesmo o difícil acesso a serviços essenciais ao ser humano, provocando consequências que contribuem para a manutenção ou, até mesmo agravamento do problema. Segundo a autora:

Em uma sociedade capitalista, como a brasileira, a concentração de renda se faz de maneira desigual, onde a minoria tem muito dinheiro e a maioria convive com o mínimo necessário. Vive-se em uma sociedade desigual com um discurso elitista onde é preciso trabalhar, para deixar de pertencer à maioria. A desigualdade social (...) afeta grande parte da população (SOUZA, 2008, p. 07).

Na busca pela homogeneização do processo educacional, a escola acaba funcionando como mecanismo de propagação das condições de dominação e subordinação de determinadas camadas, grupos ou classes. Deste modo, a escola torna-se um local de reprodução das relações e da hierarquia social, como espaço favorável para reproduzir valores, padrões de comportamentos e modos de se vestir, sentir e agir, sempre de acordo com os grupos dominantes, colaborando para o aumento da desigualdade social.

A professora Zélia parece perceber claramente estas distinções quando comenta que:

Eles já entram se odiando na escola, você tem que ter atenção o tempo todo, você não pode deixar ficar muito perto, os conflitos entre eles dentro da escola são muito grandes, é uma coisa fora do comum, são coisas que as vezes você

pensa que não existe mas infelizmente existe, caso de polícia tem direito (ENTREVISTA ZÉLIA).

Apesar de Zélia não falar de violência explicitamente, fica claro, através de seus inúmeros comentários, que ela considera estas atitudes dos alunos como formas de violência. A professora se mostra indignada e comenta que “não é certo as coisas que eles fazem uns com os outros”.

É válido salientar, também, a comparação feita entre as meninas com o objetivo de mensurar qual delas é mais bonita e qual delas tem “mais corpo”. Podemos pensar que essa comparação retrata os ideais difundidos atualmente pela nossa sociedade, onde os estereótipos e a imagem corporal são de extrema importância. Estes ideais acabam influenciando diretamente a forma de pensar e agir dos alunos. Podemos pensar, a partir da fala da professora Zélia, que por colocar o corpo dos alunos em evidência durante as aulas, a EF talvez seja um espaço que promova a visibilidade das diferenças e isso se torne motivo de desentendimento.

Um outro relato importante feito pela professora, ao discorrer sobre a relação entre seus alunos, trata do caso de um menino que sofria preconceito por conta de sua orientação sexual. Segundo ela:

Tem um menino lá, eu não posso te afirmar que ele é gay, mas tudo indica que é, pelo jeito e tudo. É lógico que eu não vou chegar e perguntar, tem uns que já falam: - Olha eu sou e pronto, e ele nunca falou nada, e de tanto que faziam bullying com ele, chegou no final do ano ele não foi mais na escola, ele passou de ano porque tinha presença suficiente e nota, mas acho que ele ficou mais de um mês sem ir pra escola (PROFESSORA ZÉLIA).

Diante deste fato podemos constatar como é necessário discutir sobre as questões relacionadas a sexualidade na escola. Tais questões parecem cada vez mais necessárias no contexto educacional brasileiro, principalmente para enfrentar os movimentos conservadores que ganham cada vez mais destaque no contexto sociopolítico atual.

Para Abramovay (2004) existe apenas uma forma de se enxergar a sexualidade e ela é heterossexual, um outro tipo de comportamento não é admitido na sociedade e conseqüentemente não é aceito no ambiente escolar. Segundo a autora a escola não sabe lidar com as diferenças e caso algum aluno destoe do padrão de normalidade, ele não é bem compreendido por seus pares. As piadas preconceituosas, os cochichos nos corredores, as exclusões em atividades escolares e até mesmo as agressões físicas contra alunos homossexuais têm impacto direto na vida e no rendimento escolar desses jovens.

Em cenários mais extremos, os estudantes chegam a interromper os estudos, como foi o caso do aluno citado pela professora Zélia.

Abramovay (2004) pondera, ainda, que muitos profissionais de educação acreditam que a homossexualidade é uma doença que precisa ser tratada e encaminham o aluno para um psicólogo. Um estudo coordenado por ela no ano de 2004 indica que nas escolas públicas do Distrito Federal 44% dos estudantes do sexo masculino afirmaram que não gostariam de estudar com homossexuais. Entre as meninas, o índice é de 14%. A socióloga acredita que o problema não ocorre apenas no DF, mas se repete em todo o país

Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) compõem um grupo de indivíduos que têm seu direito fundamental à educação infringido, acarretando em altas taxas de evasão escolar. Em razão da total invisibilidade dada ao problema, órgãos governamentais ainda não dispõem de indicadores que possam medir o tamanho estatístico dessa exclusão escolar (BELLO E LUZZI, 2009). As situações de preconceito referentes as questões de sexualidade no ambiente escolar devem ser abordadas de maneira direta, tendo em vista a criação de condições que possibilitem o acesso e a aprendizagem por parte de todos.

A partir dos relatos feitos pelas professoras podemos perceber que a violência se mostra presente nas relações entre os alunos. Às vezes ela se manifesta de forma mais explícita como, por exemplo, nos casos em que a professora Maria cita que os alunos “se batem” o tempo todo, por vezes de forma mais velada como, por exemplo, no caso narrado pela professora Marta ao afirmar que os alunos escolhem os “mais habilidosos” e deixam aqueles que “não sabem jogar de fora”. Como apontamos acima, as professoras não indicaram especificamente nenhuma dessas ações como sendo uma forma de violência, apenas apontaram que os alunos se relacionam desta forma e que ao perceberem algo de errado, agem no sentido de minimizar a situação e tentar resolver o problema.

Analisando os diferentes relatos das professoras entrevistadas, percebemos que algumas coisas são comuns em suas falas. Muitos alunos têm dificuldades para se relacionar e fica evidente que a segregação entre os alunos está pautada principalmente em dois aspectos: classe social e gênero. Sabemos que estas dificuldades de aceitação do outro são frutos de diversos outros aspectos como, por exemplo, os religiosos, os étnicos, os de raça, mas nesta pesquisa, fica claro que os que mais chamam a atenção das professoras estão ligados ao gênero e a classe econômica.

3.3 A violência na concepção das professoras

Para compreendermos melhor o que, de fato, as professoras consideram como sendo atos violentos e como elas concebem o conceito de violência fizemos as seguintes perguntas: **De acordo com a sua concepção, o que pode ser considerado como violência, de forma geral? O que você considera violência dentro do ambiente escolar?**

A professora Elis ao falar da violência de forma geral acredita que a “falta de respeito, agressão verbal, tudo que passa do limite respeitoso já pode ser considerado como violência”. Ao falar sobre a violência na escola ela relata que “escuta os alunos se xingarem o tempo todo” e afirma que já presenciou agressão física e segundo ela “isso é o extremo”.

A professora Flávia afirma que violência é qualquer tipo de agressão. Para ela a violência “vai desde a agressão física até mesmo quando eles começam a apelidar os colegas, achar algum defeito que deixe o colega numa situação vexatória, uma situação de bullying”.

Elis, apesar de ter apontado a falta de respeito como violência em um âmbito geral, não citou exemplos específicos do que seria esta falta de respeito. Ao falar sobre a violência especificamente na escola apontou “xingamentos” e “agressões físicas” como exemplos, porém também não se aprofundou ou exemplificou algo que pudesse ilustrar sua resposta. Flávia não respondeu diretamente o que seria a violência em um âmbito geral, dizendo, apenas, que considera casos de agressão física e situações de exposição vexatória como violência no ambiente escolar. Talvez seja válido relacionar as respostas fornecidas pelas professoras com a ideia de Adorno (1995) que ao refletir sobre aqueles que têm como profissão ensinar afirma que é preciso reconhecer que mesmo os próprios professores estão mergulhados em uma violência cotidiana, isso torna o discernimento ainda mais necessário, porém, muito difícil, à medida que todos, em maior ou menor grau, estão inseridos em diferentes contextos violentos. Ao se referir a violência, Sposito (1998) afirma que os acontecimentos que hoje são considerados violentos eram há algum tempo vistos como violações às regras disciplinares e eram tolerados pelos educadores, que visualizavam tais atos como sendo inerentes ao desenvolvimento dos alunos.

A professora Maria acredita que a violência, de uma forma geral, é:

Tudo que eu faço que desagrade o outro, não é só o físico, mas se eu agrido meu colega ou qualquer pessoa verbalmente, pra mim também é uma forma de violência. Quando você ultrapassa a liberdade que aquela pessoa te deu, o limite de espaços (PROFESSORA MARIA).

Podemos associar esta concepção da professora com o conceito de Martins (2005), que afirma que a violência pode se apresentar tanto no plano material (físico) quanto imaterial (simbólico), causando danos a algo ou a alguém. As duas formas de violência citadas acima se diferenciam, segundo a autora, apenas na forma como se expressam, porém não há como dissociá-las pelo fato de não serem antagônicas e por ambas causarem dano/prejuízo.

Ao falar sobre a violência no ambiente escolar a professora Maria diz que:

Dentro da aula você tem essa agressividade entre eles, essas brincadeiras que eu acho que são violentas ao meu ver, seja físico ou verbal mesmo, porque eles se xingam e são palavras feias, e gostam muito de bater boca. Às vezes nós queremos impor regras e limites e eles não aceitam, não têm em casa as vezes e chegam aqui e são barrados com algumas regras e eles não aceitam, então acho que isso também é uma forma de violência, não é só a violência física mesmo, acho que tem a violência moral que também é muito gritante dentro da escola (PROFESSORA MARIA).

Neste relato é possível perceber que a professora entende que a violência externa acaba chegando na escola e influenciando diretamente na maneira dos alunos agirem. Ou seja, as manifestações violentas de alguns alunos são uma espécie de desdobramento da violência social. De acordo com Araújo (2001) a violência pode significar, também, uma forma do aluno proteger-se contra uma possível ameaça. Para a autora, o sujeito reage violentamente todas as vezes que se sente ameaçado, impotente ou muito frágil diante de alguma situação. Podemos pensar que uma ação violenta de determinado aluno pode acontecer em reação a uma violência advinda de outro aluno ou até mesmo da própria escola, que muitas vezes impõe regras e normas que na sua visão não fazem sentido.

A professora Maria comenta que estas atitudes por parte dos alunos acabam refletindo diretamente em suas aulas:

Eu sempre saio um pouco frustrada das aulas porque eu nunca consigo trabalhar tudo que eu gostaria, eu tenho que tá o tempo todo mediando conflito verbal entre eles e entre eles comigo, eles falam: - Ah, professora eu não quero fazer isso, eu não quero fazer aquilo. Ah, isso não dá. Eles não têm interesse, acho que principalmente na EF, eles vêm muito com a visão de que é só brincar, fazer o que quer, chega aqui e você tem um caderninho e a gente apanha muito porque tem muitos temas que fogem da realidade deles. Você tem esse tipo de violência (PROFESSORA MARIA).

Ao falar da falta de interesse dos alunos e da visão relapsa que eles possuem a respeito da EF, é possível deduzir que este tipo de atitude acaba interferindo de maneira negativa nas aulas da professora. O material citado pela professora, o “caderninho”⁹, que traz temas “fogem da realidade” dos alunos é o Caderno do Aluno que foi implantado pelo Governo do Estado de São Paulo como tentativa de padronizar o ensino na rede estadual. A fala da professora Maria converge com a fala de outros docentes que participaram de pesquisas a respeito deste material didático, por ela citado. Muitos professores pesquisados afirmam que, infelizmente, algumas atividades nele presentes não condizem com a realidade escolar e que muitas vezes não é possível desenvolvê-las com as turmas.

A professora Maria afirma que é necessário “inventar mil coisas” para que as atividades sejam trabalhadas e mesmo assim não consegue “dar conta de todas”. Talvez, pelo fato das atividades propostas no material não possuírem conexão direta com a realidade dos alunos, há esta resistência por parte deles, que muitas vezes acaba sendo manifestada na forma de falta de paciência e desrespeito nas aulas. No discurso da professora Maria este descaso com as aulas de EF e também o fato de não respeitarem as regras e os limites propostos pela escola e pela professora é uma forma de violência.

Para a professora Marta, não só as agressões físicas como as verbais podem ser consideradas como formas de violência de um modo geral. Segundo ela, o vocabulário utilizado e as palavras também podem machucar tanto quanto a agressão física. É o que podemos considerar, baseados em Bourdieu (2016), como violência simbólica.

Ao falar da violência presente no ambiente escolar a professora Marta afirma que:

Os alunos trazem todo tipo de problema que têm fora da escola, pra dentro da escola, então a escola acaba sendo não um local de formação, mas um local que o professor e a direção têm que ser psicólogo, orientador, porque eles não conseguem separar mais os papéis. Eu fico pensando que escola nós temos hoje (PROFESSORA MARTA).

É interessante analisar o relato da professora pois ela traz um problema atual e que têm sido tema de debates no âmbito político, social e educacional. Tem sido cada vez mais comum uma visão de escola como sendo um espaço de “salvação” para todos os problemas da sociedade. Ao refletir sobre o papel da escola, Patto (2007) afirma que a cada crime chocante cometido por jovens destituídos de todos os direitos e vítimas da

⁹ Material pedagógico auxilia **alunos** da rede estadual no desenvolvimento de competências do Currículo Oficial.

barbárie, o discurso dominante traz em primeiro plano uma concepção de escola como instituição salvadora, cuja missão impossível é tirar as crianças das ruas e assim diminuir os índices de criminalidade. O que percebemos, no entanto, é que em decorrência da expansão do ensino público sob condições precárias, constata-se a triste realidade em que se encontram a maioria das escolas públicas do país, as quais se tornaram verdadeiras agências de contenção das contradições sociais e, de certa forma, tem comprometido o seu papel de instituições educativas (SPOSITO, 1998).

A professora Marta menciona também que:

Dentro da escola tem violência entre os próprios alunos, os xingamentos, as brincadeiras que muitas vezes são violentas, tapas, socos, empurrões, tem também caso de violência contra professor, funcionário, direção. Os pais também não ajudam porque não querem dor de cabeça, o papel da escola é muito complexo hoje, fica muito difícil pedir ajuda pra família porque hoje é cada filho de um pai ou uma mãe, e os pais muitas vezes vão contra a escola. Se a gente chama atenção do filho deles, eles partem pra cima da gente, eles xingam, ameaçam, então tá muito difícil (PROFESSORA MARTA).

Neste relato de Marta aparece um desabafo semelhante ao da professora Maria, anteriormente, em que os alunos se xingam e brincam de forma violentas como, por exemplo, com “tapas, socos e empurrões”. No entanto, o que nos chama a atenção, especificamente, é o trecho onde ela conta que existe uma violência dos pais contra a escola. Ela afirma que “hoje está muito difícil contar com a ajuda dos pais”, e que os mesmos ainda vão contra a própria escola e colocam em risco a integridade física dos professores. Em 2013, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) divulgou o resultado de uma pesquisa¹⁰ feita com professores tratando da temática da violência nas escolas. A pesquisa contou com 1.400 professores em 167 municípios do estado de SP. Um dado chocante é que quase metade (44%) dos professores entrevistados relatou que já sofreu algum tipo de agressão por parte dos alunos. Pensando nos dados fornecidos por esta pesquisa podemos fazer a relação direta com a fala da professora Marta, pois os alunos agem com violência contra os professores e os pais ao se omitirem e não trabalharem em parceria com a escola para resolver o problema, acabam legitimando e permitindo que tal violência aconteça no ambiente escolar.

Ao refletir sobre os dados da pesquisa e a fala da professora Marta podemos considerar que existe uma deficiência na supervisão destes alunos por parte de seus pais ou responsáveis. Segundo dados da pesquisa da Apeoesp, 35% dos professores entrevistados

¹⁰<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/observatorio-da-violencia/caderno-violencia-nas-escolas-analise-da-pesquisa/>

acreditam que os pais ou responsáveis devem resolver a violência praticada pelos alunos, e infelizmente, a partir do relato da professora, podemos constatar que isto não acontece.

Ao falar da violência no ambiente escolar, a professora Zélia faz uma comparação entre os pais/responsáveis de uma escola periférica e uma escola central onde já trabalhou, segundo ela:

Os pais aqui na periferia não vão na escola pra saber o que aconteceu, eles já vão lá pra te julgar, falar que a culpa é sua. Eu já dei aula em escola de centro, onde os pais eram muito presentes, você consegue trabalhar. Não to dizendo que não tenha problema, tem sim, mas é mais fácil resolver porque os pais ajudam muito (PROFESSORA ZÉLIA).

Para Debarbieux (2002) a explicação para a violência juvenil se dá por fatores como, por exemplo, impulsividade, baixo desempenho escolar, baixa renda familiar e supervisão parental deficiente. O problema enfrentado pela professora Zélia neste aspecto, é o mesmo relatado pela professora Marta e apontado na pesquisa da Apeoesp, ou seja, a supervisão insuficiente e a violência contra os professores.

Uma questão importante aparece na fala da professora Zélia:

A falta de respeito é o pior pra mim, e ali na escola não é só aluno com aluno, é aluno com professor, é professor com aluno, é direção, é todo mundo. Os alunos não são tontos, eles sabem os professores que são parceiros e aqueles que eles odeiam e que odeiam eles também, e aí quando eles sentem isso, fica difícil. Eles veem essa desestrutura entre professores, direção, eles acabam com tudo (PROFESSORA ZÉLIA)

Segundo a professora, os alunos percebem essas “brechas” e a partir disto passam a enfrentar e não respeitar as regras e normas feitas pela escola. É possível presumir que, ao perceberem a falta de organização, principalmente por parte da direção e dos professores, os alunos ficam sem uma referência a ser seguida ou uma figura pela qual eles tenham respeito.

Sob o discurso da democratização da escola, ou mesmo da escola para todos, a perspectiva homogeneizante expressa uma determinada forma de conceber a educação que não estabelece sentido nas relações entre o vivenciado pelos alunos e o conhecimento escolar, entre o interior e o exterior escolar, evidenciando desta forma a total desarticulação entre aquilo que o aluno é e aquilo que a escola determina que ele seja. Dessa forma o processo de ensino/aprendizagem ocorre de forma padronizada, em que as estratégias e propostas educativas são impostas para todos, independentemente da origem social, da idade, e neste sentido é possível dizer que a estrutura escolar, pela desigualdade que a caracteriza, é violenta.

Há uma postura comprometida da escola em relação às práticas de perpetuação da forma de pensar da classe dominante, estabelecida pelo poder da instituição, que desvaloriza a participação do educando das classes pobres no ambiente escolar, tornando a escola um espaço permeado por práticas de violências físicas e simbólicas, refletindo na sua vida dentro da sociedade (BOURDIEU e PASSERON, 2016). A escola, por sua vez, justifica a partir da violência que os alunos direcionam contra a instituição, a implementação de uma educação que estabeleça padrões de pensamentos e comportamentos considerados ‘normais’, de forma a estabelecer regimes disciplinares que submetem o indivíduo a relações de poder desiguais e autoritárias (FOUCAULT, 1990).

Os relatos feitos pelas professoras contrastam com as realidades apresentadas em pesquisas e nas falas de muitos educadores que sofrem com a violência no cotidiano escolar. As professoras consideram a violência em seu aspecto físico e simbólico quando falam sobre os alunos, relatam que os xingamentos e as agressões físicas são muito presentes no dia a dia, porém um ponto comum na fala da maioria delas é a falta de respeito por parte dos pais contra a escola. A partir daquilo que foi exposto por elas, podemos compreender que os responsáveis/pais ao não respeitarem a instituição e seus professores acabam “dando” permissão para que seus filhos cometam atos de violência na escola.

3.4 A violência e as experiências vivenciadas ao longo da carreira docente

Perguntamos as professoras sobre as experiências pessoais relacionadas a violência. A partir da questão: **Você pode dizer se já presenciou alguma manifestação de violência durante suas aulas? Se sim, qual foi?** foi possível perceber algumas especificidades do fenômeno no âmbito da EF.

Três das cinco professoras - Elis, Flávia e Maria - apresentaram relatos muito semelhantes ao apontarem que, durante suas aulas, a violência fica mais evidente em situações de competição.

De acordo com a professora Elis:

Existe agressão entre eles principalmente se a gente for levar em conta a competição, se tiver competição, em um ambiente de competição, há uns 6 anos a gente não tem mais essa prática na escola, por conta de brigas enormes, se tem professores apitando jogo, entra o professor pro meio, vários professores foram agredidos dentro da escola, o ambiente que mais acontece na EF é em competição, eles não aceitam perder, não aceitam regras (PROFESSORA ELIS)

Para a professora Flávia:

Muitas situações de jogos coletivos, que as vezes é situação de falta, que eles não entendem, eles querem partir pra cima do outro e resolver ali, as vezes não aceita perder (PROFESSORA FLÁVIA).

A professora Maria diz que:

Assim, dentro das minhas aulas eu sempre tive muito conflito na questão de jogo, principalmente quando você trabalha o futebol, aí gera muito conflito né, porque um ganha e o outro perde, eles batem muita boca, mas assim, chegar de bater fisicamente eu vou ser bem sincera, se eu tive foi uma ou duas vezes, mas nada que você não conseguisse mediar na hora (PROFESSORA MARIA).

A competitividade não é algo que está presente apenas nas aulas de EF, mas na sociedade de forma geral. Na sociedade contemporânea os valores que norteiam a vida cotidiana dos sujeitos são o individualismo e a competição, que legitimam certa violência como meio de satisfação individual, na qual o êxito de um implica no fracasso do outro (MARTÍN-BARÓ, 1997). Durante muito tempo a EF foi regida pela tendência esportivista e as aulas eram sinônimo de esporte, havia um processo de exclusão daqueles que não possuíam habilidades e a competição era o objetivo principal (DARIDO, 2001). Podemos pensar, então, que os casos citados pelas professoras podem ser resquícios deixados pela EF esportivista e que por sua vez acabam sendo reforçados pelo modelo de sociedade que vivemos.

A professora Flávia cita, também, o que ao nosso ver pode ser considerado como violência simbólica, algumas situações em que os alunos fazem comparações relacionadas ao corpo, a aparência e as habilidades motoras.

Aqueles que têm mais habilidades tendem a deixar os menos habilidosos por último, a querer discriminar, a tentar deixar de fora da atividade e por conta também da fase de adolescente que eles estão, aquela fase de autoafirmação, de querer se identificar, de tá em formação de caráter e de personalidade, eles se comparam o tempo todo com os colegas né. Então a questão da fisionomia e da aparência eles levam em questão o tempo todo, e isso é motivo pra discriminação também. Como eles estão na adolescência, eles querem se auto afirmar, é a fase que eles tão se mostrando, como eles tão ficando, tem muita concorrência entre eles, de querer ser melhor, de ser mais bonito, com o corpo melhor (PROFESSORA FLÁVIA).

A professora considera as situações de comparação da “fisionomia e da aparência” ou o fato dos menos habilidosos serem deixados “de fora da atividade” como uma forma de discriminação. No entanto, considera tais ações como sendo algo típico da idade em que os alunos se encontram. A fala da professora nos leva a pensar que ela percebe estes comportamentos como sendo parte da “fase de autoafirmação” que os alunos estão vivendo. Talvez possamos pensar que essa naturalização de tais comportamentos, quando não mediados e trabalhados de maneira educativa pela escola e professores, acabam sendo aceitos como normais. Cria-se assim um contexto possibilitador das manifestações de violência de forma simbólica e, talvez, até mesmo de forma física. É como se, por ser algo “natural” da idade, tal forma de violência pudesse ser aceita e considerada um comportamento corriqueiro.

Para Daolio:

As diferenças entre os alunos, ou não serão percebidas pelo professor, ou serão justificadas como fruto da natureza. Assim, alguns alunos serão considerados como biologicamente bem-dotados, e outros, como menos dotados (...). Esse processo, quase sempre inconsciente por parte do professor, parece que habita o imaginário social da EF Escolar, e nos faz compreender a dificuldade relatada pelos professores em trabalhar com turmas heterogêneas em termos de habilidades motoras (1995, p.41).

A professora Maria relatou três casos pontuais de violência em suas aulas: No primeiro caso a professora conta que estava trabalhando com uma atividade rítmica e alguns alunos que não queriam participar sentaram-se na arquibancada. Ela os advertiu, usando um tom de voz mais alto e “firme”, avisando que eles deveriam participar da aula. Neste momento uma menina se levantou e lhe disse “você não vai gritar comigo por que não é minha mãe”. Indignada, a professora narra o resto da cena:

Aí começou a me xingar de tudo quanto é nome, e eu disse que não estava gritando, mas que agora ia gritar porque quem manda na aula sou eu e você vai me obedecer. Ela respondeu e disse que não ia fazer e veio com mais palavras de baixo calão e os alunos vieram e seguraram ela e pediram pra ela parar, falaram que eu estava querendo dar aula e ela estava tumultuando. Aí eu falei pra ela ir lá pra diretoria que depois a gente conversava (PROFESSORA MARIA).

Após o ocorrido, a diretora havia decidido expulsar a aluna, porém a própria Maria acreditava que esta não seria a melhor atitude e aconselhou um encaminhamento psicológico, pois a aluna “estava passando por muitos problemas em casa, a mãe era usuária de droga e ela tinha que cuidar dos irmãos com apenas 13 anos, então ela era revoltada”.

Para Adorno (2000), o sujeito que é severo consigo mesmo, adquire o direito de ser severo também com os outros; e nesse processo, pode reproduzir a violência simbólica do próprio contexto em que está inserido. A violência compreende e é compreendida em diversos segmentos: social, econômico, cultural, político, fato este que dificulta apontar um segmento específico como causador da mesma (OLIVEIRA E MARTINS, 2007). Neste relato feito pela professora parece que a aluna agiu de forma violenta justamente pelo fato de vivenciar a violência (simbólica) dentro de sua própria casa, o fato de ser uma adolescente e ser obrigada a assumir responsabilidades que não lhe competem, acaba gerando um sentimento de revolta.

No segundo caso a professora Maria conta que sempre pede aos seus alunos que guardem os celulares nas bolsas antes de realizarem as aulas na quadra. Ela diz que adota este procedimento para que não “risque ou quebre” os aparelhos ou haja situações de roubo. Em um determinado dia, uma de suas alunas não seguiu esta orientação e foi para a quadra esportiva com o celular no bolso, sem que a professora percebesse. Durante a realização da atividade, a aluna acabou “esbarrando” em outra aluna e o “celular caiu e quebrou”. Segundo a professora o contato físico entre as alunas fazia parte da aula, porém a aluna afirmava que a outra havia empurrado propositalmente para que seu celular caísse. A professora Maria disse a aluna que “o celular caiu do bolso dela e o problema era dela, porque ela sabia que não podia usar celular na aula de EF e não era pra ela ter descido com o celular”. A aluna, por sua vez, contou para a mãe que o celular havia sido quebrado na aula de EF. Segundo Maria, no dia seguinte a mãe foi “voando pra cima” da professora e querendo agredi-la dentro da sala da vice-diretora. Segundo a professora:

A mãe já começou a gritar falando como eu tinha deixado a menina empurrar a filha dela, e ela veio me falar que ela já tinha problema com essa menina desde não sei que ano e esse menina perseguia a filha dela, que empurrou de propósito. Eu perguntei pra mãe qual o motivo do celular estar no bolso da menina durante a minha aula. A mãe quis se justificar dizendo que precisava ligar sempre pra ela, porque ela toma remédio, enfim, pra mim aquilo foi um absurdo porque a mãe ainda defendeu a filha de tudo o que aconteceu e aí eu fiz o relatório, a mãe leu lá, não tive nenhum problema com essa mãe de querer me pegar fora da escola, mas na hora ali ela queria me bater, falou alto comigo, falou que eu tinha que pagar o celular sabe, foi assim nesse tom... (PROFESSORA MARIA)

A professora Maria relata que no dia do ocorrido a diretora mostrou para a mãe da aluna a lei que proíbe o uso de telefones celulares por parte dos alunos, durante as aulas. Porém, já no dia seguinte, a aluna chegou na escola com um celular novo, dizendo que “podia levar o celular pra escola e quem mandava era a mãe dela”. Ao descrever esta situação a professora Maria mostrou-se revoltada com a falta de suporte por parte da família, e afirmou que os alunos aprendem em casa a não respeitar a escola e os professores. É como se, ao tomar uma atitude mais severa, como retirar o aluno da sala devido um ato de desrespeito, ou, neste caso, proibir o uso do celular durante a atividade, fosse o professor o equivocado/errado e não o aluno. Similar a queixa feita pela professora Maria, sobre a falta de respeito dos pais, são as queixas das outras professoras entrevistadas. Este parece ser um dos fatores que corroboram para o descrédito da educação no Brasil.

O terceiro caso narrado pela professora Maria chama a atenção não pela atitude do aluno, mas pela situação em que o mesmo se encontrava. Ela conta que tem um aluno de 9 anos que é “extremamente violento e usa drogas”. Ela afirma que “ele sempre teve problema e que além dele ser usuário ele nasceu com algum tipo de deficiência porque a mãe usava droga”. Segundo ela, o aluno tinha o costume de bater em todos os colegas durante as aulas, até que em um determinado dia a professora disse que ele não participaria da atividade e ficaria sentado ao lado da quadra. A professora diz que no local onde o aluno havia sentado estavam os chinelos dos alunos que participavam efetivamente da aula e, após sentar-se ele começou “a jogar o chinelo nas crianças durante a aula”. Mesmo tendo pedido várias vezes para o menino parar e percebendo que ele não lhe atendeu, a professora tomou a seguinte atitude:

Eu peguei todos os chinelos, todos e juntei e fui que nem uma doida pra cima dele com aquela cara, e eu acho que ele pensou na cabeça dele que eu ia tacar todos os chinelos nele. Na verdade minha vontade era essa, ele foi sentando, se encolhendo e ao invés de eu soltar os chinelos em cima dele, eu soltei do lado e aí eu disse que a próxima vez que ele levantasse e jogasse qualquer chinelo nas crianças ele não ia querer saber o que eu ia fazer com ele e disse

que se ele era louco, eu era mais louca ainda, eu era duzentas vezes mais louca que ele, e falei que a sorte dele era que eu tava de bom humor porque senão eu tinha tacado todos os chinelos na cabeça dele (PROFESSORA MARIA).

A professora afirma que durante suas aulas não teve mais nenhum tipo de problema com o aluno, mas ela sabia que em outros momentos, fora de suas aulas, ele “não parava em sala, batia em todo mundo” e para tentar sanar o problema a direção conseguiu transferi-lo para outra escola. Podemos pensar em um primeiro momento que a atitude da professora foi, de certa forma, violenta, pois acabou usando de intimidação e coerção para que o aluno parasse de agredir os demais colegas. Porém, diante de todo o contexto apresentado por ela e da realidade em que o aluno se encontrava acredito que um julgamento de nossa parte diante de uma situação como essa se torna extremamente difícil. É possível fazer uma relação deste acontecimento com os estudos de Castro et. al (2013), que ao pesquisarem a dinâmica das aulas de EF, puderam constatar que existe o hábito dos alunos de substituir o diálogo pelo uso da força física na resolução de conflitos. Por outro lado, há o uso da intimidação e da pedagogia da ameaça pelos professores na tentativa de manter o controle da turma.

A professora Marta conta que ao longo de sua jornada como professora presenciou poucos casos de violência física ou agressão. Ela afirma, muitas vezes, que os conflitos que emergiam estavam relacionados a problemas externos as aulas de EF, e relata que os casos que mais chamam atenção são os furtos dentro da escola. Ela explicou que sempre pede para que seus alunos deixem os celulares guardados nas bolsas durante as aulas, e que sempre tranca a porta da sala e mantém a chave em sua posse. Em um determinado dia após realizar a atividade na quadra e retornar para a sala, percebeu que a porta estava arrombada e alguns celulares tinham sido furtados, imediatamente informou a diretora para tentar resolver o problema. A professora Marta conta que:

A diretora chamou alguns alunos que ela achava que podiam ter feito aquilo e pediu que eles falassem a verdade, e eles ameaçaram ela, xingaram ela de palavras que eu fiquei muito assustada, e eles roubaram aparelhos bons, não roubaram qualquer celular. Nós chamamos a polícia, e não adiantou nada porque eles falaram que tinha que fazer um B.O pra depois eles irem atrás (PROFESSORA MARTA).

Após o ocorrido, a professora conta que uma das alunas que teve o celular furtado conseguiu rastreá-lo e tentou recuperá-lo. Segundo a aluna, ao chegar na

“biqueira¹¹” lhe disseram que se caso ela quisesse o celular de volta deveria pagar duzentos e cinquenta reais. Disseram-lhe, ainda, que já estavam sabendo que a professora de EF “tinha dedado eles”. Diante disto, a professora conta que trabalhou com medo por muito tempo.

Ainda em relação a casos de furto, a professora Marta contou:

A sala de materiais de EF já foi arrombada e os materiais foram roubados várias vezes. Então eu tinha que comprar o meu próprio material e deixar guardado dentro do meu carro se eu quisesse dar aula, porque era difícil contar com o material da escola por conta desse vandalismo (PROFESSORA MARTA).

No relato da professora aparece um dado que se aproxima com a realidade de muitos professores que trabalham na rede estadual atualmente. Segundo pesquisa divulgada pela Apeoesp (2013), 18% dos docentes não se sentem seguros dentro da escola e 36% não se sentem seguros nos entornos da escola. Isso evidencia a necessidade de medidas que visem sanar o problema referente a segurança dos docentes na escola e fora dela.

A professora Zélia ao discorrer sobre manifestações de violência dentro de sua aula diz o seguinte:

Dentro da minha aula, graças a Deus nunca, é o que eu falo pra você, eles têm medo de mim. Quando eu chego pra dar aula eles já querem ir pra quadra, então eu já falo pra eles as regras. Eles têm que tá em ordem a hora que eu chegar, a sala tem que tá limpa, se não tiver, ninguém vai sair. Se eles tiverem pra fora da sala me esperando também não sai, se chegar e perguntar pra mim se vai pra quadra, não vai também. Não vou te falar que não tem atrito entre eles, porque tem sim, mas graças a Deus nunca chegou as vias de fato, de bater ou de agredir mesmo na minha aula (PROFESSORA ZÉLIA).

Logo após falar que “nunca” havia presenciado situações de violência nas suas aulas, a professora Zélia fala que gostaria de contar um fato e que, segundo ela, não sabia dizer exatamente se era violência ou não, mas que lhe trouxe sérios problemas. No início do ano de 2017 a professora estava desenvolvendo uma atividade na quadra e acabou, como forma de punição aos alunos que não se comportaram bem, exigindo que eles “pagassem o castigo” andando de joelhos na quadra. Após esta atividade, uma de suas alunas contou o caso para a mãe que tomou uma atitude inesperada. A professora Zélia contou que a mãe da aluna, ao invés ir até a escola e saber o que realmente aconteceu, foi até a polícia e fez uma denúncia dizendo que a professora estava aplicando castigos físicos em suas aulas. A professora diz que por “sorte” os demais

¹¹ Biqueira, biquera, bocada ou simplismente boca é o lugar frequentado por usuários de drogas onde se compra drogas.

alunos da turma ficaram do seu lado e negaram que tivesse acontecido qualquer tipo de castigo durante as aulas. Apesar disto a professora Zélia contou que:

No meio disso tudo eu fui investigada, entrei em depressão, tive que ir no psiquiatra, fiquei afastada, fiquei tomando medicação porque eu não conseguia dormir mais, depois que eu voltei da licença eu entrava na escola, eu chorava, eu pensei em exonerar e desistir de ser professora (PROFESSORA ZÉLIA).

Este é um relato que, como já dito anteriormente em outros momentos do texto, retrata a triste realidade em que se encontra a educação brasileira, onde a escola e os docentes são desvalorizados e colocados em situação de submissão por parte dos estudantes e dos próprios pais/responsáveis. A professora Zélia expressou dúvida em relação ao ocorrido pois não soube classificar se esta seria ou não uma manifestação de violência dentro de sua aula, porém podemos pensar que houve um tipo de violência dirigido à ela por parte da aluna e de sua mãe.

Percebemos, segundo os relatos feitos pelas professoras, que a violência que se manifesta nas aulas de EF é, muitas vezes, aquela encontrada na sociedade como, por exemplo, agressões físicas, xingamentos e até mesmo furtos, porém o interessante é observar a violência que parece estar presente em situações específicas da EF. De acordo com as professoras Flávia e Elis os ambientes de competição geram diversas situações de violência que são motivadas pela não aceitação das regras e também pela busca constante pela vitória. Outra singularidade a respeito das manifestações de violência nas aulas de EF dizem respeito as questões de segregação de grupos a partir das habilidades motoras, como pudemos observar no relatado das professoras que apontam para a exclusão dos menos habilidosos. Estas práticas que enfatizam os corpos aptos ou privilegiam os vencedores, são encontradas ao longo de toda história da EF e apesar de inúmeras tentativas de superação e construção de uma EF mais humana estes estigmas ainda se mostram muito presentes na cultura da disciplina.

3.5 As ações das professoras diante das manifestações de violência

Ao manifestarem suas atitudes frente a situações de violência, as professoras são enfáticas ao dizer que os casos mais simples são resolvidos na própria aula e casos mais extremos são encaminhados para a direção. A maioria procura agir de forma educativa e coloca o diálogo como ponto principal para solucionar as situações adversas.

A professora Elis diz que fica “muito perplexa”, mas que tenta resolver tudo com calma, ela afirma que:

Não tem um dia que passe que não tenha uma confusão, a hora que você percebe que os ânimos estão esquentando você já tem que intervir. Não pode deixar pra resolver depois, então tá terminado aqui, então vocês peçam desculpa um pro outro, porque se deixar pra depois eles levam pra fora da escola. É diário, de 6 aulas que eu tenho no dia, diariamente tem que fazer isso, uma coisinha ou outra tem que fazer isso, uma conversinha, chamar um pra conversar, chamar os dois pra conversar, muitas vezes encaminhar pra direção (PROFESSORA ELIS)

A professora Flavia afirma que em casos de agressão física encaminha à direção para que sejam tomadas as devidas providências, e afirma que:

Quando é caso de agressão verbal, a gente interfere, explica que a gente tem que valorizar as qualidades do colega, que ali a gente é um coletivo, um grupo, que todos estão trabalhando com o mesmo objetivo, que não existe essa questão de você ficar discriminando e que todos são colegas (PROFESSORA FLÁVIA).

A professora Maria conta que sempre intervém e quando percebe algum problema, procura manter-se calma e tranquila, mas relata que em alguns momentos perde a paciência:

Dou aqueles berros com eles pra tentar dar aquele choque neles na hora, mas depois eu chamo cada um e tento conversar no particular e eu evito de expor o aluno aos outros. Se eu vejo que ele fez algo de errado na aula, eu dou um berro geral, vamos parar, acabou, e eu sento a parte, converso a parte com aquele que aconteceu, tento sempre ouvir as duas partes pra se resolver, e quando eu vejo que o caso é mais sério eu passo pra direção e ai chama a família (PROFESSORA MARIA).

A professora Marta afirma que estabelece as regras para que as aulas possam acontecer e se percebe “alguma coisa mais séria” e que acredita que possa “dar briga ou alguém se machucar”, ela retorna com os alunos para a sala de aula como forma de punição, e em casos mais gritantes ela afirma que encaminha para a direção resolver. Ela diz que tenta “deixar claro pra eles as questões das regras e o que pode acontecer caso eles não cumpram”.

Acreditamos que sejam necessárias certas atitudes como definir regras e estabelecer “combinados” com os alunos e caso os mesmos não respeitem aquilo que foi estabelecido, devem ter a consciência que haverá implicações. Porém não fica claro na fala da professora Marta se as atitudes punitivas acontecem de forma imediata as manifestações de violência, ou se antes de tomar tal medida ela procura compreender a situação e dialogar com os alunos.

A professora Marta já havia expressado, como vimos anteriormente, certo saudosismo, quando comentou que antigamente as coisas não eram tão difíceis como são hoje, que os alunos eram mais “humanos” e se respeitavam mais. Ao conversar sobre o tema da violência, na sociedade contemporânea e, fundamentalmente, entre alunos, alguns professores revelam certa nostalgia das práticas escolares do passado, e afirmam saudosamente que esta escola do passado ainda é o modelo ideal (REGO, 1996).

A ideia de bom aluno aparece associada aquele que não contesta, não questiona, é submisso e passivo. Esta ideia ainda persiste no imaginário docente e faz com que as práticas pedagógicas na escola contemporânea ainda sejam pautadas nas velhas formas institucionais cristalizadas.

A professora Zélia diz que procura sempre conversar:

É como eu te disse, na minha aula nunca aconteceu nada muito grave porque eu sou rígida com eles, e quando tem algum problema, eu chego e converso e já procuro saber o que tá acontecendo e já resolvo ali mesmo. Olha, a gente se aproxima deles ali, a gente escuta cada coisa que só por Deus, é complicado, você acaba entrando no mundo deles, é impossível você dar só a sua aula (PROFESSORA ZÉLIA).

Neste relato, a professora Zélia parece ter uma certa relação de proximidade com seus alunos e busca entender aquilo que está acontecendo antes de tomar qualquer atitude mais severa. No trecho que a professora ressalta que escuta “cada coisa que só por Deus” ela faz relatos de alguns alunos que são considerados como “problemáticos e violentos” dentro da escola e diz que a maioria vive em “uma realidade cruel” e que conhecendo a “realidade deles” é possível entender o porquê de “darem trabalho” na escola. Percebemos que a professora Zélia e, também, a professora Maria buscam contextualizar e lidar com as situações de violência com as quais se deparam, na tentativa de ajudarem os alunos a resolverem os problemas. Sabemos, no entanto, que nem todos os docentes tem esta iniciativa. Esta falta de atenção dos professores pode ser justificada pela jornada de trabalho extenuante a qual os docentes são submetidos e que

impossibilitam que estes disponham de tempo para dialogar com seus alunos. Essa aproximação relatada pela professora Zélia, e presente também na fala da professora Maria, parece ser, no entanto, um fator importante para a compreensão do fenômeno da violência. Ao compreender a realidade na qual os alunos estão inseridos, se torna possível o entendimento da violência como um elemento que se manifesta não só na escola, e sim que se faz presente em várias esferas da vida dos alunos.

Na fala das professoras Zélia e Maria é possível perceber que os alunos “problemas” são alunos em situação não só de carência social, mas também de carência afetiva e emocional. Talvez a violência, nestes casos, se manifeste como uma forma de linguagem, uma forma do aluno expressar seu sofrimento e suas angústias. Essa percepção mais ampla seria válida para que os professores pudessem agir de maneira mais efetiva e menos imediatista ao se depararem com situações de violência.

3.6 Lidando com a violência no cotidiano escolar: formação ou experiência vivida

Após questionarmos as professoras entrevistadas, sobre o que é a violência para elas, buscamos compreender se estas se sentem aptas a lidar com tais manifestações no dia a dia da escola. Perguntamos a elas: **Você se sente preparada para lidar com estas situações? Por que?** Suas respostas foram similares e demonstram a necessidade de reflexões por parte de professores, formadores e legisladores da área da Educação.

A maioria das professoras foi enfática ao dizer que não está preparada para lidar com situações de violência no ambiente escolar. A única das entrevistadas que afirmou estar preparada foi a professora Elis, mas enquanto vai elaborando sua resposta, ela mesma acaba percebendo que não está tão preparada como pensava.

A professora Elis diz:

Hoje eu me sinto mais preparada sim, apesar de que a violência vem crescendo de certa forma, que você estava preparado pra uma coisa que você vivia há um ano atrás hoje ela tá muito maior, hoje a minha preocupação maior assim é a violência que os pais tem com os professores, então de certa forma você conduz uma situação ali, ameniza, resolve, o aluno leva diferente pro pai as vezes, e o pai vem com violência também pra cima de você. Antes era assim, agressão verbal, hoje já, as vezes você pode do nada ser agredido, a gente não tá assim 100% preparado (PROFESSORA ELIS).

Vale destacar que em seu relato aparece novamente a questão da violência por parte dos pais contra os professores. Como já citamos anteriormente esta violência parece ser algo que se faz presente no cotidiano das escolas estaduais e requer atenção considerável.

De acordo com a mais recente pesquisa da OCDE¹² (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), publicada em 2013, o Brasil é o país com maior número de agressões a professores no mundo: 12,5% dos profissionais disseram já ter sofrido com o problema. Os educadores demonstram medo, e a violência tem alterado ao longo dos anos a rotina destes profissionais, que não querem parar de exercer a profissão, mas também não sabem como lidar e nem tem amparo suficiente para enfrentar a violência, muitos afirmam que vão trabalhar sem saber o que vão encontrar.

A professora Flavia afirma:

¹²http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2016-7221_violencia-contra-professores-nas-escolas_katia-pereira-1

Não, preparada não. O que a gente faz mesmo é a intervenção né, nós como os adultos responsáveis por aqueles alunos de intervir né, pra que não aconteça um acidente maior, um dano físico ou uma agressão com um aluno. Então o que a gente faz é separar no caso de uma agressão física, uma agressão verbal é interferir também né, porque afinal é uma instituição de educação né, a gente também tem que mostrar esses valores pra eles né. Mas lidar com isso o tempo todo nós não estamos preparados né, até mesmo porque a gente vai trabalhar e não sabe o que vai acontecer né (PROFESSORA FLAVIA).

No relato da professora podemos perceber que ela não se sente preparada mas que, quando necessário, faz as intervenções para solucionar os problemas. Ela parece ter clareza que a escola tem papel fundamental no processo de educação dos indivíduos que deve transmitir valores importantes para um bom convívio entre os alunos.

Um ponto interessante é quando a professora chama a atenção para a imprevisibilidade da situação, ao afirmar que quando vão para o trabalho não sabem o que vai acontecer. Essa insegurança, também subentendida na fala da professora Elis, é um dado importante, pois, parece acometer os professores de uma forma geral. Tal insegurança já foi externada, anteriormente, pela professora Marta, no momento em que descreveu a situação de furto em sua aula.

A professora Maria afirma que “a preparação vem com a convivência” porque:

Preparação mesmo você não tem, você não vem preparada da faculdade pra lidar com esse tipo de conflito, eu acho que a gente aprende principalmente com a convivência com eles, essa questão da carência familiar que a maioria das escolas de periferia tem, são escolas onde a maioria eu costume dizer que é filho da droga ou a maioria não sabe quem é o pai e a mãe é drogada e ai mora com a vó ou a família inteira tá desempregada ou a família invadiu um terreno pra conquistar alguma coisa porque não tem nada, então não tem estrutura (PROFESSORA MARIA)

Segundo ela, o fato de trabalhar em escolas de periferia e os casos de violência serem recorrentes e semelhantes, gera algum tipo de aprendizado para lidar com as situações. A professora demonstra preocupação no que diz respeito as “carências” dos alunos. Ela afirma buscar uma relação de proximidade com seus alunos e diz que tenta “sempre dialogar, sempre conversar, as vezes passar um pouco de carinho que muitas vezes eles não têm em casa”. Ela afirma que é um tipo de professora que “o aluno vem e conversa tudo que acontece em casa”. Maria demonstra certo descontentamento ao comentar que muitos professores não intervêm, de fato, nas situações problemáticas, uma vez que apenas chamam a atenção do aluno, mas não parecem dispostos a ajudar”.

A professora Marta também não se sente preparada e diz:

Por mais vivência que eu tenha tido, passei por muitas escolas aqui na cidade, então acho que a gente nunca está preparado. A gente nunca sabe o que passa

na cabeça do ser humano, e não só a gente, mas a escola também não está preparada. O Estado com toda a verba que ele tem, era pra serem as melhores escolas, mas eu não sei o que acontece que não é, o Estado não consegue caminhar. A nossa função é ir pra escola, trabalhar e procurar passar o conteúdo, a gente até tenta conversar com o aluno, falar que não vale a pena fazer certo tipo de coisa, mas falar que a gente tá preparada, a gente não tá não. Do jeito que eles tão vindo pra escola, ninguém tá preparado (PROFESSORA MARTA).

Apesar da grande experiência que a professora adquiriu em seus vinte e sete anos de trabalho como professora, ela afirma não estar preparada e ainda ressalta que a escola também não está.

A professora Zélia também não se sente preparada, mas através da realidade vivida e de tudo aquilo que tem presenciado afirma:

Hoje pra mim é normal, já não é mais aquele bicho de 7 cabeças. Mas preparado a gente nunca tá, é muito difícil acreditar nessa violência de hoje, mas infelizmente os professores que trabalham em escolas que tem tanto problema com violência, com droga e tudo mais, acabam ficando calejados, e depois de um tempo vira tudo normal, você começa a encarar as coisas de forma normal (PROFESSORA ZÉLIA).

A resposta de Zélia se aproxima das respostas das demais professoras no que diz respeito a um tipo de aprendizado que se conquista com o tempo. Este aprendizado, totalmente advindo da experiência é que permite que os professores se tornem, em sua linguagem, “calejados”. O que parece mais interessante em sua fala, no entanto, é quando ela conclui que com o passar do tempo tudo isso se transforma em algo comum.

Se, por um lado, o termo “normal” nos remete a sensação de que a cada acontecimento se torna mais fácil lidar com violência no contexto escolar, por outro lado, esta sensação de normalidade pode ser perigosa, na medida em que a violência passa a ser banalizada e tratada como algo corriqueiro e aceitável. O risco é passarmos a considerar estas manifestações tão normais que, diante delas, passemos a “fechar os olhos” para o que acontece, tornando a escola um espaço ainda mais permissivo para as atitudes violentas.

Para além de se sentirem preparados ou não, é fato que os professores precisam contar com a ajuda de diretores e gestores ao medirem as situações de violência na escola. A gestão deve trabalhar de maneira conjunta com o professor para que este sinta-se seguro e respaldado para desenvolver seu trabalho e tomar atitudes no sentido de enfrentar as manifestações de violência. Um importante papel do diretor/gestor é o de se aproximar e compreender a realidade em que seus docentes trabalham, conhecendo a realidade dos alunos que compõem aquele ambiente.

A professora Elis afirma que tem muito apoio na escola Estadual que, segundo ela, é uma escola difícil de lidar. Para Elis, se não fosse a ajuda da direção ela não conseguiria trabalhar. Ela conta que, na sua escola, foi criado um “conselho”, formado por professores e pais/responsáveis, com o objetivo de tratar os casos de violência. Este conselho é, inclusive, amparado pelo Conselho Tutelar.

Quando um aluno passa do limite de agressão a professor ou a outro aluno dentro da escola a gente reúne o conselho, reúne os pais do conselho e todos os professores. A gente consegue até uma transferência compulsória desse aluno, porque a gente prova que a permanência dele lá acaba ficando perigosa, porque as vezes eles criam uma situação entre amigos, que um amigo vai querer trazer um amigo de fora e tal e vai acabar colocando em risco todos (PROFESSORA ELIS)

A professora afirma que no ano de 2017 (até o momento da realização desta entrevista), já haviam sido realizadas por volta de 20 transferências compulsórias devido a indisciplina, violência contra professor e violência entre alunos.

A diretora, nessa parte ela é muito corajosa de querer fazer isso porque ela poderia falar: Não, vamos deixar. Mas ela só faz porque ela sabe que se ela não fizer os professores começam a tirar licença e não vão trabalhar mais porque se sentem ameaçados e assim acaba ficando um ambiente muito cheio de conflitos, ela faz mesmo pelos professores, mas assim, ela também já sofreu ameaças, já aconteceu assim de uma pessoa de fora adentrar a escola e fazer ameaças pra ela, então assim, a situação não é só de um ou só dela, a gente trabalha assim, a situação é de todo mundo, então assim se um aluno tiver que fazer uma violência, é um grupo de vinte pessoas, dez pessoas, e a gente acaba dividindo a responsabilidade (PROFESSORA ELIS).

No relato da professora Elis fica evidente que a direção trabalha de forma conjunta com os pais e professores no sentido de resolver os problemas que surgem no decorrer do ano. Isso é importante pois torna o ambiente de trabalho mais seguro e respalda as ações dos professores, porém o que nos chama atenção é que os problemas são resolvidos com um caráter punitivo.

A professora explica que em situações de violência que exigem medidas do conselho de classe, a única atitude tomada é a transferência do aluno para outra escola. Sendo assim, o que nos parece é que o problema, de fato, não é resolvido e sim transferido para outra escola. Não fica claro na fala da professora se existe algum tipo de intervenção no sentido de oferecer possibilidades para que o aluno em questão não cometa mais atos de violência.

A professora Flávia conta que no início de sua carreira como docente ficou admirada pela postura da direção:

Tudo que você precisava, você encaminhava a direção tomava providência, a providência no caso é a suspensão do aluno, uma advertência, alguma coisa nesse sentido, só que isso é por alguns dias né, e quando ele retorna, ele pratica os mesmos atos. Por conta dessas reincidências chegou num tal ponto que a direção não tem mais o que fazer, então a gente não tá sendo tão amparada mais. Muitas vezes a gente manda o aluno pra lá, não acontece nada, ele volta e ainda zomba da cara do professor, fala que não aconteceu nada, então nós estamos desamparados e o aluno percebe essa fragilidade e cai em cima mesmo pra piorar a situação, porque ele sabe que não vai acontecer nada, então ele se aproveita disso (PROFESSORA FLÁVIA).

Ambas as professoras, Flávia e Elis, explicam que a escola adota medidas punitivas como suspensão ou transferência compulsória na tentativa de resolver as situações de violência. Na fala da professora Flávia é possível perceber mais uma vez a imagem de desvalorização e desprestígio em que a educação se encontra, pois, segundo ela, por vezes, os alunos retornam do período de suspensão ainda piores.

Para a professora Maria:

NA medida do possível eu posso te dizer que aqui a gente tem amparo, mas é aquilo que eu te falei, você passa o caso pra direção, a direção pega o aluno pra conversar, descreve o que aconteceu, você vai chamar a família, a família não comparece e a gente fica nesse impasse (PROFESSORA MARIA).

Segundo ela a escola tem muitos alunos com problemas familiares, “alunos que usam drogas com dez, onze anos de idade”, alunas que não vão para a escola para se prostituir, alunos que já são traficantes em idade escolar. Ao narrar estas coisas Maria demonstra um sentimento de revolta e impotência. Ela se entristece ao comentar que apesar da escola ter conhecimento de vários casos como estes, infelizmente não poder agir. Além disso, outros órgãos responsáveis não agem de maneira efetiva

Eu vejo eles perambulando aqui pela rua e o que o Conselho Tutelar não faz nada. A escola já tentou entrar em contato, mas assim, infelizmente nesses casos a escola também não tem o que fazer. Ao meu ver, essas crianças já tinham que estar em um abrigo. Esses alunos, já não era pro conselho ter tomado uma atitude e o Estado estar responsável por eles? (PROFESSORA MARIA).

A professora Maria tem consciência que “por ser uma escola periférica, na maioria das vezes a direção tenta mediar a intervir nos conflitos dentro da própria escola porque sabe que se chamar a família, a família não vem”. Já na visão da professora Marta “a direção e coordenação se arriscam quando tomam certas atitudes, e ficam com medo”. Ela conta que sempre foi amparada quando precisou, mas indaga: “qual é a segurança que você tem dentro de uma escola? Nenhuma”. Por conta disso, ela diz que

é necessário fazer “a política da boa vizinhança”. Quanto a direção, está lhe ajuda na medida do possível, mas faz uma ressalva interessante:

Acho que muitas vezes também a direção da escola se preocupa muito com os alunos que dão problema e esquecem dos bons alunos. Teve o caso de uma aluna minha, era ótima, super inteligente e estudiosa, e aí eu tirei uma licença e quando eu voltei eu percebi que ela tava diferente e não conversava com ninguém, e aí depois de um tempo ela veio desabafar comigo e falou o que tava acontecendo. Ela contou que tava sofrendo muito porque o pastor da igreja, que era casado, tava tentando se relacionar com ela e ela não queria. Aí ela não podia contar pra mãe porque a mãe adorava o pastor e também não podia contar pro pai porque o pai era alcoólatra e só parou de beber depois que entrou pra essa igreja. Se ela contasse o pai ia voltar a beber, então ela não sabia o que fazer. Então acho que falta um pouco a escola olhar pra esses alunos, eu sinto que eu falhei muitas vezes de não me aproximar mais, mas se a gente entra no mundo deles fica muito difícil, é muito problema e a gente sai arrasada toda vez que escuta as histórias (PROFESSORA MARTA).

A professora Marta nos apresenta um questionamento importante, até então não feito por nenhuma outra professora, e que nos faz refletir a respeito do tratamento diferenciado que os alunos recebem dentro da escola. Podemos pensar, segundo esta explanação, a respeito dos esforços direcionados aos considerados “alunos-problemas” e outros alunos que não dão trabalho na/para a escola, mas que possuem problemas, são deixados de lado. De certa forma, esta indiferença na maneira de lidar com os alunos é um tipo de violência simbólica. É como se o “bom” aluno fosse punido com a falta de atenção de professores e da direção, tendo seus problemas negligenciados. Cabe destacar que a violência simbólica pode até se apresentar, em determinados momentos, de forma mais cruel e veemente que a violência física propriamente dita, proporcionando um sofrimento psíquico tão intenso “que pode chegar ao limite da recusa da vida ou da morte em vida” (SAWAIA, 2003).

Para a professora Zélia:

Depende muito da direção, mas é muito mais não do que sim, a direção as vezes já chama você e fala assim: Olha, vamos apaziguar aqui mesmo, porque se não vai dar problema. Então infelizmente tem coisa que a gente tem que fechar os olhos, finge que não vê, a questão da droga é a maior, a gente finge que não vê. Não adianta bater de frente, a escola não vai te dar suporte nenhum, então a gente deixa passar, é a triste realidade nossa (PROFESSORA ZÉLIA).

É possível notar um descontentamento por parte da professora quando ela afirma que “os alunos hoje podem tudo, então é extremamente difícil a direção tomar alguma providência”. Segundo ela, muitas vezes a diretora deixa de agir “por medo do que pode acontecer com ela depois”.

Para Castro et. al (2013):

O exercício efetivo de superação das práticas de violência parece advir de uma reiteração de práticas corporais que permitam uma reflexão qualificada sobre as maneiras como agimos e os motivos pelos quais assim o fazemos. Essa experiência modificada pode emergir do reconhecimento do outro como distinto, portador de necessidades, expectativas e interesses singulares, que não necessariamente confrontam os interesses, expectativas e necessidades do interlocutor (p.32).

Partindo da ideia de que a violência tem sua base em relações desiguais de poder e tem seu lócus privilegiado nos corpos dos indivíduos que a praticam ou que dela são vítimas, parece ingênuo que professores se limitem a penalizar, em exercício arbitrário de poder, aqueles alunos envolvidos em situações violentas, sem que façam qualquer esforço para fazê-los entender qual é a origem da violência que muitos deles levam e reproduzem nas escolas (ADORNO, 1995).

Em outras palavras, as medidas paliativas parecem pouco eficazes frente ao problema da violência que assola as escolas brasileiras. Além disso, fica claro que estas relações de poder, volta e meia podem ser invertidas, uma vez que os alunos reagem com violência contra colegas e professores. Ou seja, é notável, dentre as preocupações das professoras, esta sensação de imprevisibilidade a respeito das atitudes dos alunos.

3.7 Violência e formação docente

Diante deste cenário, questionamos as professoras se, ao longo de sua formação (graduação ou pós) elas tiveram alguma disciplina ou discussão que te possibilitou agir diante de tais situações. Ao analisarmos as respostas, percebemos o quanto a formação é falha neste sentido. Ao responderem a pergunta as professoras Elis, Flávia e Zélia foram enfáticas em dizer que não tiveram nenhuma formação que lhe preparasse para lidar com situações de violência dentro do ambiente escolar, já as professoras Maria e Marta responderam que tiveram a oportunidade de ter algum tipo de formação relacionada ao tema.

Professora Elis afirma que:

Fiz uma pós-graduação de gestão que é mais recente, e não teve nada na graduação também não tivemos nada relacionado violência. Eu me formei há 17 anos e a violência já existia, talvez em menor número, mas já existia. Nunca foram trabalhadas situações de conflitos e estratégias de como agir, ou quais os direitos e deveres o professor tem, mesmo sendo um curso de licenciatura, isto nunca foi abordado (PROFESSORA ELIS).

De acordo com a professora Flávia:

Questão sobre violência assim, alguma disciplina assim que ensine a tratar a lidar com isso não. Posso ter tido algum tema transversal, dentro de filosofia, sociologia, sobre diversidade de gênero, é e até o próprio tema violência na escola, mas mais pra esclarecimento, não que ensinasse ou que desse algum norte pra que a gente trabalhasse com isso na escola (PROFESSORA FLÁVIA)

Mesmo concluindo a graduação recentemente (2011) a professora explica que não teve nenhum contato com o tema da violência, essa informação mostra que o assunto é pouco tratado dentro da grade curricular do curso de EF, mesmo dos mais recentes.

Apesar de terem concluído a graduação em um intervalo considerável de tempo, é possível constatar que as professoras Elis e Flávia tiveram uma formação deficiente.

A professora Zélia responde que:

Não, nenhuma, nunca tive nada. Não sei se na minha época não era tão violento e por isso não tive, mas alguma coisa que falasse sobre violência ou ajudasse a gente a lidar com essa violência ou qualquer tipo de problema, a gente nunca teve não (PROFESSORA ZÉLIA).

A professora Maria conta que teve contato com o tema da violência durante sua graduação. A matéria que tratou sobre o assunto se chamava “manifestações culturais e

esportivas” e, segundo ela, era ministrada por um professor muito bom. Ela conta que foi firmada uma parceria entre a faculdade e uma escola da periferia de São Paulo para a realização de aulas de EF. Ela conta que eram desenvolvidas “várias atividades” como basquete, futebol, e pelo fato das aulas serem ministradas para alunos do Ensino Médio:

Surgiam algumas discussões sobre o futebol e aí nós conseguimos trabalhar a questão da violência no futebol, guerra de torcida, deu pra fazer uns debates legais, os alunos relataram questões de violência. Nós tivemos essa vivência prática da violência lá, o professor ia sempre com a gente dar as atividades e aí quando surgia uma situação de violência, a gente parava, conversava e procurava a melhor solução. Acho que os próprios alunos por saberem que não era uma aula de EF comum, que eles estavam com alunos da graduação e um professor da faculdade, eles sentiam que estavam sendo observados, então a participação foi bem bacana deles. E aí depois a diretora até veio agradecer meu professor porque diminuiu muito a evasão escolar de 6ª feira a noite na escola por conta das nossas aulas lá (PROFESSORA MARIA).

A professora Marta conta que durante sua graduação não teve nenhuma disciplina ou momento que tratasse da violência, ela afirma que tinha disciplinas que preparavam para trabalhar, mas não para lidar com essa violência. Marta conta que na Pós-Graduação que cursou na Unesp de Rio Claro:

Fazia parte de um grupo de estudo em que eu era a única professora de EF que atuava na escola, então eu levava muito da minha vivência, das minhas dificuldades da prática, e aí a gente troca muitas ideias e informações, e aí a gente discutia bastante. Foi muito bom porque toda essa minha vivência eu consegui levar, e a gente estudava, eles mostravam como era na teoria, como tinha que ser feito, e a minha orientadora foi a Suraya Darido, então ela me ajudou muito (PROFESSORA MARTA).

Devemos nos atentar para esta defasagem no processo de formação dos professores, pois a EF é um espaço em que tradicionalmente a temática da violência tem pouco valor. Sendo assim, se faz necessário a criação de possibilidades concretas para que o tema da violência seja trabalhado durante a graduação.

Isto reflete a realidade das faculdades que se preocupam em formar mão de obra para o mercado de trabalho, mas não em qualificar estes profissionais devidamente. Neste sentido, seria pertinente em um curso de licenciatura, que os alunos pudessem desenvolver habilidades para lidar com a realidade escolar, possibilitando a vivência prática de situações que lhes permitissem refletir acerca da função do professor em sala de aula.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência é, como já apontamos anteriormente, um problema social que se faz presente nas escolas, e se manifesta de diversas formas entre todos os envolvidos no processo educativo. Isso não deveria acontecer, pois a escola é o local de construção de valores e princípios dos sujeitos ali inseridos, sejam eles alunos, professores ou demais funcionários. Ao falar de violência, Koehler (2008) afirma que:

Ao mesmo tempo que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais(...) está presente nas relações intersubjetivas, aquelas que se verificam, entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre profissionais de categorias distintas. Seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objetos, sua coisificação. (...) A violência é simultaneamente negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade, a vida (p. 3).

Se a violência é um fenômeno presente em toda a sociedade e se manifesta em todas as relações escolares, nas aulas de EF não poderia ser diferente. No entanto, partimos do pressuposto de que, além de todos os tipos de violência já comentados, a disciplina de EF pode produzir manifestações específicas. Isto não significa dizer que o tipo de violência capaz de emergir do contexto desta disciplina não se manifeste fora dela também, mas que nela encontramos algumas disposições que parecem facilitar tais manifestações. Estamos nos referindo, como já abordamos anteriormente, a questão da diversidade e da diferença, mas que, no campo da EF, ganham tonalidades específicas, uma vez que esta disciplina trabalha diretamente com o movimento, dando visibilidade para todas as diferenças relativas aos corpos.

A partir dos relatos feitos pelas professoras durante as entrevistas foi possível constatar que, infelizmente, essas diferenças ainda são vistas como desigualdades, tornando-se motivo para segregação e discriminação. Alunos que possuem mais habilidades, segundo as docentes, tendem a excluir os menos habilidosos. Além disso, ainda em relação as questões corporais, as comparações estéticas e relacionadas à aparência dos alunos tornam-se motivo para disputas e competições entre eles. Nos relatos feitos pelas professoras, esta violência aparece nas aulas de EF. De acordo com elas os ambientes de competição geram diversas situações de violência que são motivadas pela não aceitação das regras e também pela busca constante para ser o vencedor. Outra manifestação de violência que parece singular às aulas de EF é aquela

expressada através da segregação de grupos a partir das habilidades motoras. As professoras afirmam que aqueles mais habilidosos tendem a excluir os menos habilidosos.

Durante muito tempo a EF escolar considerou apenas o aspecto físico de seus alunos, e diversos temas (diversidade cultural, gênero, raça, religião, corporeidade) foram negligenciados. Podemos afirmar que, simbolicamente, a constituição da EF se deu de forma violenta, porque privilegiou os fortes e habilidosos, porque privilegiou os homens e excluiu as mulheres. Ainda que isso tenha mudado na década de 1980, os problemas produzidos durante décadas não foram solucionados. Sabemos que não é do dia para a noite que se muda uma tradição.

Na EF, existe certa dificuldade em educar os alunos além do aspecto físico. A grande questão é pensar outras maneiras de afetar os corpos que não se restrinjam exclusivamente ao movimento corporal. A EF defendida no início do século XXI, por autores importantes, possui um caráter inclusivo, no qual todos devem ter oportunidades iguais e as mesmas possibilidades de experiência. No entanto, mesmo depois de muitos anos ainda são notáveis os estigmas de uma EF com discursos e práticas militaristas e autoritárias (PELLEGRINI, 2009/2010). Podemos entender este fato como resultado da permanência das teorias que se fundamentam em visões positivistas acerca dos indivíduos e que ainda priorizam o caráter motor acima do intelectual no desenvolvimento destes indivíduos.

Estas práticas que privilegiam as capacidades motoras ou exaltam os vencedores, se fizeram presentes durante a construção histórica da EF enquanto disciplina escolar e mesmo buscando construir uma EF mais humana estes estigmas ainda se mostram muito presentes na cultura da disciplina.

Ainda que a EF não tenha sido totalmente transformada, hoje reconhecemos que a questão da diversidade é algo a ser pensado e tratado. O problema é que, muitas vezes, esse reconhecimento se dá de forma pouco consciente. Muitos professores sabem que mulheres e homens devem ter direitos iguais, mas, na prática, não sabem como lidar com a questão, mantendo suas aulas da forma tradicional. Seguindo este exemplo, relacionado as questões de gênero, observamos, por vezes, manifestações de violência que ocorrem entre meninos e meninas, por causa da falta de intervenção do professor.

Outro ponto importante da pesquisa foi perceber o quanto a formação acadêmica de quase todas as entrevistadas foi deficitária e que a maioria não se sente preparada para enfrentar a realidade escolar atual, pois não teve subsídios que lhes possibilitassem

compreender a violência de forma efetiva. Segundo as professoras, podemos entender que a violência na escola é a reprodução da violência que ocorre na sociedade. A escola não é desconectada da sociedade, faz parte dela. As condições sociais do país, a má distribuição de renda, a corrupção e a baixa escolaridade da maior parte da população são exemplos de problemas sociais que refletem na escola.

Além disso, as mudanças sociais contemporâneas ocorridas no modelo de família e seus costumes refletem na formação dos alunos. Atualmente, os pais permanecem muito tempo fora de casa e as crianças e adolescentes têm ficado cada vez mais aos cuidados de terceiros ou sós. Muitos pais sequer sabem o que acontece no cotidiano dos filhos. Por vezes, ainda, as famílias possuem tantos problemas que os filhos não são devidamente amparados. Uns não recebem sequer os cuidados mínimos dos pais ou responsáveis. Há, ainda, crianças e adolescentes que vivem em situações extremas de insegurança, sendo violentados no âmbito da própria casa, por pais e familiares. Estas crianças, não por mero acaso, apresentam comportamentos violentos nas escolas.

Outra questão que chamou a atenção foi a insegurança que os professores sentem em relação a violência advinda dos pais/responsáveis, que, ao invés de compreenderem o papel dos professores, desempoderam a escola, se colocando irrefletidamente ao lado dos filhos. O medo, as ameaças, as humilhações e a sensação de impotência diante dos alunos aparece na narrativa de todas professoras. Fala-se sempre sobre salário ou infraestrutura das escolas, mas a insegurança do professor em relação aos alunos é um tema bem mais frequente. A violência física contra as professoras não aparece nos relatos, porém as agressões verbais, a desconsideração e o desrespeito profundo são queixas constantes. Percebemos que estas coisas levam a uma descaracterização da função docente.

Para Debarbieux (2002), o fenômeno da violência é ingrediente da educação desde a origem da escola deste neste ambiente a percepção desta violência modifica-se com o passar dos anos e em função tanto dos sujeitos que a cometem quanto daqueles que são vítimas dela. É preciso lembrar que a obediência e a não contestação da autoridade de antigamente, muitas vezes eram obtidas por meio de práticas autoritárias e coercitivas, que resultavam em punições e castigos corporais.

Sob o discurso da democratização da escola, ou mesmo da escola para todos, essa perspectiva homogeneizante expressa uma determinada forma de conceber a educação, o sujeito e seu processo de desenvolvimento, de forma que não estabelece

sentido nas relações entre o vivenciado pelos alunos e o conhecimento escolar, entre o interior e o exterior escolar, evidenciando desta forma a total desarticulação entre aquilo que o aluno é e aquilo que a escola determina que ele seja. Dessa forma. O processo de ensino/aprendizagem ocorre de forma padronizada, na qual as estratégias e propostas educativas são impostas para todos, independentemente da origem social, da idade e da etnia. Neste sentido é possível dizer que a estrutura escolar, pela desigualdade que a caracteriza é, por si só, violenta.

Há uma postura comprometida da escola em relação às práticas de perpetuação da forma de pensar, estabelecida pelo poder da instituição, que desvaloriza a participação do educando das classes pobres no ambiente escolar, tornando a escola um espaço permeado por práticas de violências físicas e simbólicas, refletindo na sua vida em sociedade.

Podemos compreender, então, o quanto as manifestações de violência permeiam as relações escolares e se fazem presentes nas aulas de EF. Este é um fenômeno social e histórico que, por não ser natural, tem condições de ser superado. No entanto, para isso, faz-se necessário um esforço coletivo (de professores, gestores, legisladores, funcionários), nessa direção. Isso implica afirmar o quanto o processo de formação de professores precisa melhorar, atingindo patamares mais críticos e qualitativos. Se o professor é o principal mediador das relações e do conhecimento produzido no interior da escola, é fundamental que este seja bem preparado, nos cursos de formação inicial e continuada, para atuarem no sentido de superarem a estrutura de violência estabelecida na escola.

Compreendemos que é necessária a superação desta visão e a criação de uma EF que caminhe na direção da humanização e do desenvolvimento, de uma consciência crítica por parte dos indivíduos para que os mesmos sejam agentes diretos da transformação social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; LORENA, B. S. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- ABRAMOWICZ, A. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.
- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995
- ADORNO, T. **Educação e Emancipação** – 2ª ed, São Paulo, Paz e Terra/2000.
- ARAUJO, C. **As marcas da violência na constituição da identidade de jovens da periferia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1, p.141-160, jan/jun 2001.
- BELLO, M. C.; LUZZI, J. “**Gênero e Diversidade Sexual na Escola: da exclusão social à afirmação de direitos**”. A experiência do Núcleo de Gênero Diversidade Sexual da Secretaria do Estado da Educação do Paraná. IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 2009, Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba: PUC – Paraná, 2009. Acesso em: 16/04/2017.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Editora Vozes, 2ª Reimpressão, Maio/2016.
- BRASIL, PCN - **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação – MEC. Secretaria da Educação Fundamental. 3ª ed. Brasília. DF. 1997.
- CARVALHO, R. T. **Discursos pela interculturalidade no campo curricular da educação de jovens e adultos no Brasil nos anos 1990**. Fênix: Revista pernambucana de educação popular e de educação de adultos. Recife. v. 2, n. 2, p. 49-54, dez. 2003.
- CASTELLANI, F. L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 4ª Edição. – Campinas, SP: Papirus, 1994. (Coleção corpo e motricidade).
- CASTRO, J. T.; VAZ, A. F.; OLIVEIRA, M. A. T; PINTO, F. M. **Violência em aulas de Educação Física: corporalidade, docência e formação**. Revista iberoamericana de educación. N.º 62 (2013), pp. 19-37 (1022-6508) - OEI/CAEU
- CHAUÍ, M. Ética e violência. **Teoria & Debate**: São Paulo, v.11, n.39, Nov/dez, 2008.
- CHECA, M. P. - **Violência na escola: tipificação das violências**. In: V EPEAL pesquisa em educação: desenvolvimento, ética e responsabilidade social, 2010, Maceió. <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/violencia-na-escola-tipificacao-dasviolencias.pdf>, 2010
- DAOLIO, J. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papirus, 1995

DARIDO, S.C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara - Koogan, 2001.

DAYRELL, J. A Escola como Espaço Sócio-Cultural. In DAYRELL, J. (org): **Múltiplos Olhares: Sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DEBARBIEUX, E. **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. - Brasília – Ed. Elsevier, SAS, Paris – 2002.

DUARTE, L. C. **Educação Física, identidade e diferenças**. Universidade Federal da Bahia – UFBA 19º EPENN, 2009

DUARTE, N. – **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**, Ed. Autores Associados, 1ª ed., Campinas/SP, 1993.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 9ª.ed. 1990.

GARCIA, R. M. C. **Política de educação inclusiva e trabalho pedagógico: uma análise do modelo de educação especial na educação básica**. Anais: IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Conhecimento & Margens. Gramado: RS, 2008.

JUNIOR, P. G. **Educação Física Progressista**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

KOEHLER, S. M. F. **Violência Psicológica: um estudo do fenômeno na relação professor aluno**. In. La nueva alfabetización: un reto para la educación del siglo XXI. 2008.

LEONTIEV, A. **O Desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós - estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARTINS, E. F. **Violência na escola: concepções e atuação de professores**. Dissertação de Mestrado. PUC/SP. São Paulo, 2005.

MARTÍN-BARÓ, I. **Accion e Ideologia: Psicología Social desde Centroamérica**. 8ª Edição, El Salvador: UCA Editores, 1997.

MELO, E. M. **Podemos prevenir a violência**. Serie: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência. Organização Pan-Americana da Saúde II. Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília DF. 2010.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2000

MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 28ª Edição, 2009.

NEURA, C. PASSOS, L. A. **Violência simbólica nos rituais legitimadores dos processos escolares – Fenômeno bullying no ambiente escolar**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/255_754.pdf. Acesso em: 16/04/2017.

OLIVEIRA, B. **O Trabalho Educativo**. Campinas: Autores Associados, 1996.

OLIVEIRA, B.; DUARTE, N. **Socialização do saber escolar**. São Paulo: Cortez, 1987.

OLIVEIRA, E. C. S.; MARTINS, S. T. F. **Violência, Sociedade e Escola: da recusa do diálogo a falência da palavra**, Porto Alegre, v. 19, nº 1, Jan./Abr. 2007

PATTO, M. H. S. **“Escolas cheias, cadeias vazias” nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro**. Estudos Avançados, São Paulo, v.21 n.61, 2007.

PELEGRINI, A. O. **“A EF no processo de construção da consciência coletiva: a atividade como mediadora na transformação da subjetividade humana na escola”**, Projeto de pesquisa FAPESP 2009/2010.

REGO, T. C. R. **A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana**. São Paulo: Summus, pp. 83-101, 1996.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAWAIA, B.B. **Fome de Felicidade e Liberdade**. São Paulo: CENPEC/ITAÚ/UNICEF, 2003.

SCOPEL, D. T. e GOMEZ, M. S. **O papel da escola na superação do preconceito na sociedade brasileira**. Revista Educação e Tecnologia, ano 2, n.1, Abr/Set 2006

SOUZA, M. R. S. **Violência nas Escolas, causas e Consequências**. Caderno Discente do Instituto Superior de Educação. Aparecida de Goiânia-GO. 2008.

SPOSITO, M. P. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1, p.87-103, jan/jun 2001.

SPOSITO, M. P. **A instituição escolar e a violência**. Cadernos de pesquisa, São Paulo:Fundação Carlos Chagas/Cortez, n. 104, 1998.

VIANA, N. **Educação, cultura e sociedade, abordagens críticas da escola**. Edições Germinal, 2002.

VIEIRA, J. C. **Os caminhos da violência institucional no cotidiano escolar**. Anais do VIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE - Edição Internacional. PUC-PR. p. 9983-9995, 2017.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Onde e em que ano você concluiu a graduação em EF?
- 2- Como foi que escolheu este curso e esta carreira?
- 3- Qual o seu local de trabalho?
- 4- Há quanto tempo você trabalha com EF na escola?
- 5- Como é a sua relação/convívio com os alunos?
- 6- Como você percebe as relações entre os próprios alunos durante as suas aulas?
- 7- De acordo com a sua concepção, o que pode ser considerado como violência de forma geral? O que você considera violência dentro do ambiente escolar?
- 8- Você pode dizer se já presenciou alguma manifestação de violência durante suas aulas? Se sim, qual foi?
- 9- Qual foi a sua reação/atitude em relação àquilo que presenciou?
- 10- Você se sente preparado para lidar com estas situações? Por que?
- 11- Como a Gestão da Escola trata estas situações? Você se sente amparado/a pela Direção?
- 12- Ao longo de sua formação (graduação ou pós) você teve alguma disciplina ou discussão que te possibilitaram agir diante de tais situações? Qual foi? Como foi?